

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA DO RIBEIRA DE IGUAPE: diagnóstico das condições socioeconômicas e tipificação dos municípios¹

Denyse Chabaribery²
Devancyr A. Romão³
Diva M. F. Burnier⁴
Leonam B. Pereira⁵
Márcio Matsumoto⁶
Maurício de Carvalho⁷
Michele Roth⁸

1 - INTRODUÇÃO

A rapidez com que a dinâmica econômica ocorrida no Estado de São Paulo transformou seu interior, modificando o Homem rural em “quase urbano”, pelo menos no desejo e, em parte, no comportamento, faz pensar que em todo lugar é assim. Mas ainda permanece, não estaticamente, porém numa dimensão de tempo talvez protegida pelo lugar, uma população particularmente rural que vive em comunidades, abrigada entre as florestas, costões, mangues, ilhas, praias, serras, de uma região *sui generis* que possui uma das mais importantes contribuições à biodiversidade do planeta, o Vale do Ribeira, que compreende a Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape.

Quando essas pessoas lá nasceram e quando outras pessoas, de fora, lá foram viver, não estava claramente colocada uma questão socioambiental e o confronto direto com o modo de vida das comunidades. Eram pessoas excedentes de um processo intensivo de modernização que alijou-as de qualquer forma de inclusão social e econômica por dois motivos: as próprias condições naturais e sociais da região dificultaram sua inserção em um desenvolvimento agrícola nos moldes como se deu no planalto e, de certa forma para o bem, no entender de uma visão ecossocialista, marginalizou-a de acompanhar o dinamismo tecnológico e econômico do planalto. Essa mesma dinâmica de modernização da agricultura expulsou grande parcela da população do campo no Brasil inteiro.

Para o Vale do Ribeira, além da população tradicionalmente residente, ocorreu a migração de uma pequena parcela de pessoas expulsas de outras regiões, em busca de uma “posse” de terra que lhes garantisse a existência. A questão maior era apropriar-se dessa terra como forma de garantir a cidadania.

Com a eleição de Franco Montoro para governador, em 1982, intensificou-se a presença do Estado no Vale do Ribeira, pois antigas reivindicações democráticas começaram a se traduzir na forma de políticas públicas, não só para o Estado de São Paulo como especificamente para a região. As políticas de regularização fundiária e assentamentos de reforma agrária foram as principais e, também, ocorreram tentativas de implementar a extensão rural e a assistência técnica voltadas para os diferentes tipos de agricultores

¹Este texto faz parte da pesquisa NRP1054, cadastrada no Sistema de Informações Gerenciais (SIGA) - “Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Ribeira de Iguape: uma análise das condições e limitações socioeconômicas ao ecoturismo”, parcialmente financiada pelo FEHIDRO. Os autores agradecem aos estagiários Fernando C. S. Figueiredo, Luis Eduardo T. P. de Almeida e Fernanda C. Sindlinger.

²Engenheira Agrônoma, Doutora, Pesquisadora do Instituto de Economia Agrícola.

³Engenheiro Agrônomo, Mestre, Pesquisador do Instituto de Economia Agrícola, Coordenador da Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira.

⁴Economista, Doutora, Técnica do IBGE.

⁵Economista, Técnico do INCRA.

⁶Biólogo, Monitor Ambiental.

⁷Biólogo, Técnico da Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira.

⁸Turismóloga, Técnica da Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira.

do Vale do Ribeira. Já no final da década de 1980, a mudança de ênfase nas políticas públicas enfraqueceu as instituições criadas para efetivá-las, e o ambientalismo, respaldado por movimento urbano de classe média, com pouca compreensão das questões socioambientais como afirmação da cidadania, ganhou maior espaço nos órgãos do governo.

Os tempos mudaram! O que parecia ser um tesouro encontrado, em forma de riqueza natural, passou a ser o pesadelo e a impossibilidade de existência dessa população. As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por ações do Estado, no que se refere à Legislação Ambiental e sua regulamentação nas Unidades de Conservação, que restringiram as possibilidades de explorações econômicas na região do Vale do Ribeira. Conhecido de décadas passadas como o Nordeste Paulista, pela pobreza e baixos indicadores de condições de vida, o Vale permaneceu estagnado até então, quando o interesse pela riqueza estética e biodiversidade da região despertou uma nova demanda para as comunidades: a conservação do meio ambiente pode significar mais que restrições e limitações à vida humana, como vem se impondo a essas populações, pois deve existir uma forma de se desenvolver sustentadamente, integrando conscientemente o ser humano à natureza e conservando a vida das comunidades que se abrigam nessa mesma natureza.

Soma-se à riqueza natural da região séculos de história, o que faz com que apresente um legado cultural brilhante, fruto de um patrimônio histórico e cultural forjado desde os primórdios da ocupação da região anterior ao próprio descobrimento do Brasil. O ecoturismo, como modalidade do turismo realizado de uma forma que respeita o meio ambiente sem impedir a existência e a sobrevivência das populações locais, integrando-as no processo de planejamento da atividade, configura-se como uma das alternativas mais apropriadas ao desenvolvimento local no Vale do Ribeira.

Como alerta Rodrigues (1997, p.42-43), na bibliografia relacionada ao turismo, este geralmente é tratado sob dois enfoques em separado: um que trata da produção e dos produtores da "paisagem" e outro que analisa o consumo da paisagem, do território e do espaço. Porém, paisagem "produzida" e paisagem apropriada pela atividade turística são elementos de análise que não podem estar dissociados. A atividade turística produz territórios como as

ca produz territórios como as demais do modo industrial de produzir mercadorias e na sua essência é insustentável, pois temos de levar em conta que toda produção é, ao mesmo tempo, destruição, ou seja, trata-se da chamada produção destrutiva. Sendo assim, a sustentabilidade não pode ser pensada numa única atividade, dada a inter-relação que existe entre todas as atividades econômicas. É preciso pensar o ecoturismo não apenas como consumo direto da "paisagem", natural ou histórica, mas como o circuito produtivo de forma ampla, analisando-o pelo viés do desenvolvimento sustentável. Ou ainda, sabendo-se da sua essência insustentável e destrutiva, ir além dos atributos negativos, levando em conta que o local não pode mais ser analisado como o portador do exótico, da singularidade, mas sim que está sendo cada vez mais apropriado fragmentadamente pelo global e que o ecoturismo precisa ser compreendido também no âmbito das atividades econômicas.

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) apresenta também essa proposição, que envolve o desenvolvimento sustentável da agricultura, o meio ambiente e o turismo, fundamentada na constatação de que não é possível separar o agrícola do rural, defendendo uma concepção de agricultura ampliada, que integra a gestão dos sistemas agroalimentares e do território rural.

Diante deste quadro, torna-se importante dar a base para uma forma de inserção da população do Vale do Ribeira em atividades que garantam sua existência e sobrevivência, tendo como aliado o interesse humano pelo legado natural, cultural e étnico da região, buscando melhorar as condições de vida sem alterar o modo de vida das comunidades locais. A alternativa é dada pelo ecoturismo compreendida como uma atividade econômica complementar àquelas realizadas pelas comunidades tradicionais. Através do gerenciamento participativo para a sustentação das populações locais, busca integrar a atividade turística às outras atividades, tais como: o artesanato, o processamento de alimentos de forma artesanal, a pesca artesanal, a criação de frutos do mar auto-sustentada, o manejo auto-sustentado da mata e dos mangues, a agricultura não agressiva ao meio ambiente, a conservação do patrimônio cultural e natural, o monitoramento das atividades de visitação aos atrativos turísticos, etc. Também deve haver um esforço no sen-

tido de a própria comunidade buscar prover o abastecimento de alimentos da população local e dos turistas em visita. A agroecologia e outras formas ecológicas de produção de alimentos e de outros bens, realizadas dentro dos limites de terrenos apropriados para cultivos, juntamente com técnicas de sistemas agroflorestais e de manejo sustentável de espécies, devem fazer parte de um conjunto de atividades econômicas que busquem a sustentabilidade e se integrem ao ecoturismo.

O objetivo deste trabalho foi elaborar um estudo que detectasse o potencial socioeconômico da Bacia do Rio Ribeira de Iguape (Vale do Ribeira) para a atividade do ecoturismo, que deve se desenvolver integrado e articulado às atividades produtivas tradicionais, tendo em vista o seu potencial de criação de novos empregos e elevação da renda, mantendo inalterada a atual base territorial produtiva e, ainda, podendo afetar favoravelmente a qualidade ambiental geral. Elaborou-se uma caracterização socioeconômica, agrícola e ambiental dos 23 municípios que compõem a região, construindo-se uma tipologia; analisaram-se os condicionantes e as limitações ao desenvolvimento sustentável, detectando-se os problemas relacionados às atividades da agropecuária. A partir de oficinas de planejamento participativo, consolidou-se as demandas de 432 comunidades rurais das cerca de 500 existentes no Vale do Ribeira.

Em etapa posterior, esse diagnóstico participativo será o embasamento do Planejamento e Gestão Participativos das Comunidades do Vale do Ribeira visando o desenvolvimento e a sustentabilidade local.

2 - REFERENCIAL TEÓRICO

O principal confronto teórico identificado na questão do desenvolvimento regional do Vale do Ribeira refere-se concretamente à necessidade de cercar ou não a natureza para manter a diversidade biológica. Como aponta Posey (1984), entre os biólogos existe a seguinte visão com relação à diversidade: o reconhecimento de que há maior conhecimento sobre a variedade de fauna e flora em áreas onde existem ou existiam populações tradicionais, sugerindo que essa diversidade teria se formado devido ao manejo dos recursos por essa população. A diversidade cultu-

ral surge em decorrência da necessidade de adaptação do Homem aos diferentes ecossistemas, sendo veiculadora de maior diversidade biológica. A diversidade cultural deveria ser mantida e incentivada pelo fato de que ela guarda profunda interligação com a diversidade biológica. Referindo-se à Amazônia, por exemplo, Posey (1984, p. 37) afirma que ela compõe-se de uma grande variedade de zonas ecológicas, porém só recentemente os biólogos e ecologistas reconheceram a complexidade do assunto. Mas, os indígenas já lidavam com ela, pois a consciência dessa variedade é um conhecimento incorporado à herança cultural que recebem de seus antepassados⁹.

Guardadas as devidas proporções entre as comunidades indígenas da Amazônia e as comunidades rurais tradicionais do Vale do Ribeira, é possível que os principais movimentos ambientalistas que deram sustentação às intervenções do Estado na criação (em alguns casos), implantação e gerenciamento de algumas das Unidades de Conservação no Vale do Ribeira tivessem uma visão menos flexível que a de Posey com relação à capacidade de comunidades locais abraçarem um projeto de desenvolvimento sustentável e, por isso, tenham incluído as comunidades locais nas áreas definidas para a preservação e conservação do meio ambiente sem que um diálogo resultasse em “compreensão” dos motivos das partes envolvidas, resultando na manifestação de interesses díspares que acabaram colidindo.

Dois autores, Paoliello (1992) e Queiroz (1992), sintetizam bem esse momento da história do Vale do Ribeira ao analisar a situação de moradores da região, especialmente em Unidades de Conservação. No Estado de São Paulo, entre 1985 e 1988, ocorre o fortalecimento da questão ambiental e o enfraquecimento da questão agrária. Os posseiros e pequenos agricultores

⁹“Os índios vivem há muitos séculos na Amazônia sem causar dano ao meio ambiente. Seu conhecimento sobre a flora, a fauna e a própria ecologia é extremamente variado. Se a Amazônia é a porta que dá acesso ao futuro do país, os índios é que têm a chave; seus conhecimentos poderiam apontar caminhos para o desenvolvimento da região que não prejudiquem as riquezas e as culturas locais. Os cientistas deveriam trabalhar o mais rapidamente possível, por exemplo, em pesquisas sobre a classificação dos ecossistemas amazônicos desenvolvida por essas tribos. Há muito pouco tempo para salvar esse patrimônio de conhecimento e os índios que o detêm” (POSEY, 1984, p. 36).

da região percebem muito bem essa mudança de interesse do Estado e da sociedade e sentem-se traídos pelos ambientalistas, até então seus aliados, pois teriam deixado a luta pela realização da regularização fundiária e da reforma agrária em favor do meio ambiente.

Na Estação Ecológica da Juréia-Itatins, por exemplo, povoada por comunidades tradicionais, os conflitos entre ambientalistas e moradores, em boa parte, colocam-se em torno da polêmica sobre as possibilidades de desenvolvimento individual ou coletivo numa "cultura ecológica". Os ambientalistas argumentam que a sociedade, baseada no crescimento ilimitado, produzirá brevemente o esgotamento dos recursos naturais, impedindo o desenvolvimento e a criatividade dos indivíduos. Além disso, as alternativas tecnológicas que os homens devem tomar em tal sociedade impulsionariam a criatividade. Os moradores da Juréia argumentam que não imaginam esse desenvolvimento no futuro e, no presente, têm certeza de que a liberdade e a possibilidade de crescimento estão profundamente limitadas pela "cultura ecológica". A partir do controle efetivo do Estado sobre as áreas desapropriadas para preservação (a imissão de posse é o instrumento legal que permite esse controle) e as estratégias de fiscalização da polícia florestal, a população das comunidades locais passaram a se mobilizar para enfrentar o que consideram como limites postos a sua liberdade e sobrevivência (QUEIROZ, 1992).

Uma vertente da questão ambiental é a sua subordinação à lógica do capital e do mercado que, embora se questione enquanto modelo de desenvolvimento, não se pode desprezar a necessidade imperativa da adequação do modelo industrial e agroindustrial dominante às necessidades de conservação de energia e dos recursos naturais. Muitas empresas vêm processando adequações a essa necessidade, criando divisões de gestão ambiental e abocanhando parcela de consumidores atentos a esse enfoque.

Ficam excluídos da lógica do mercado e da lógica ambientalista os que não podem pagar (tomar-se consumidores do meio ambiente). A curto ou a médio prazo, mesmo que esse mercado venha a incorporar uma dimensão de sustentabilidade, é uma situação que não altera o quadro social. Dessa forma, à exclusão social acrescenta-se uma outra forma de exclusão que poderíamos chamar de **socioambiental**.

A questão profunda e inquietante é: co-

mo diminuir a desigualdade social e a degradação das bases materiais do crescimento econômico? Uma sociedade democrática não pode se sujeitar a uma visão elitista do meio ambiente. Um dos principais movimentos sociais, o dos seringueiros da Amazônia, liderado por Chico Mendes, deixou como herança a clareza da interseção das questões social e ambiental na realidade brasileira, que emerge como uma questão socioambiental (SILVA, 2001, p. 206).

Proibição, coação e cerceamento parecem termos muito fortes para a maneira como se desenrolou a história recente da região do Vale do Ribeira, mas traduzem os sentimentos das comunidades que aprenderam com a situação vivida e passaram a reagir, a se organizar e a exigir o direito ao acesso à terra para cultivar, às águas para pescar e um planejamento gerencial dos recursos naturais que incluísse a necessidade de suas existências. Por isso, torna-se conveniente discutir os elementos que permitam às comunidades examinarem seus potenciais para debaterem caminhos que possam ser (re)tomados e/ou abandonados.

3 - CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO VALE DO RIBEIRA

A bacia de drenagem do Rio Ribeira de Iguape se inicia no Paraná e deságua em São Paulo, no Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape e Cananéia. Representa hoje um dos últimos redutos de remanescentes da Floresta Atlântica no País¹⁰. Esses recursos florestais comportam uma fauna diversificada e são mantidos em Unidades de Conservação de várias categorias, contemplando diversos usos que vão do lazer para a população em geral até o uso restrito para a pes-

¹⁰A Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape delimita uma área de influência de 30.174 km² ao sudeste do Estado de São Paulo, mas abrange um pedaço do Paraná. Do litoral em direção ao interior destacam-se a baixada sedimentar, onde ocorrem as formações de planícies de restinga, planícies aluviais e lagunas, e a região serrana, que inclui os sistemas elevados, tanto os maciços costeiros quanto as porções mais internas da Serra do Mar. A delimitação para o interior se dá pelo contínuo ecológico de Paranapiacaba, um extenso corredor coberto por densa floresta que permite a livre disseminação de espécies da fauna e da flora da Mata Atlântica, e representa o alinhamento das serras de Taquary, Caleado, Descanço e Samambaia a oeste, pelas escarpas da serra de Paranapiacaba ao norte e pelas serras do Bananal e dos Itatins a nordeste.

quisa científica, abrangendo mais de 50% da área de estudo.

Um dos usos que mais demandam atenção refere-se à visita pública, que em contexto mais elaborado configura o Ecoturismo, cujo potencial de desenvolvimento nessa região é amplamente reconhecido. Para o desenvolvimento Turístico, a região conta com uma Agenda de Ecoturismo com participação de vários organismos governamentais, com o objetivo de articular, promover e difundir a atividade ecoturística.

A região tem atualmente duas áreas de intensa atração turística e ecoturística: o Alto Ribeira, onde se localiza uma das maiores concentrações de cavernas do País, e o Lagamar, que vai da Estação Ecológica da Juréia, passando pela Ilha do Cardoso, até Antonina no Paraná e representa um importante patrimônio nacional, devido a sua diversidade biológica, marinha e terrestre. Devido à cultura caçara, que guarda as características centenárias da colonização no entorno das primeiras vilas brasileiras de Iguape e Cananéia, constitui-se num patrimônio histórico e cultural altamente referendado pelos órgãos competentes.

O Médio Vale se caracteriza pela predominância da bananicultura, adaptada às áreas de várzeas e encostas dos morros e serras, que divide seu espaço com o chá, horticultura e floricultura, já no baixo curso do Ribeira.

A mineração de areia e calcário completa o quadro econômico da região que, em resumo, pode ser caracterizada como uma região exportadora de recursos naturais, resultante do extrativismo florestal e pesqueiro, e de produtos agrícolas, agregando, portanto, muito pouco valor à sua produção. Essa condição socioeconômica é agravada pelo fato de os produtores ainda terem que competir num mercado em que os concorrentes têm a vantagem de maiores aportes tecnológicos e mão-de-obra qualificada.

A região da Bacia do Rio Ribeira de Iguape, em território paulista, é composta por 23 municípios, totalizando pouco mais de 350.000 habitantes, caracterizando-se pela presença de cerca de 500 comunidades rurais, incluindo Quilombolas e Aldeias Indígenas.

Os condicionantes históricos ao desenvolvimento local têm como origem diferentes tipos de restrições que estão ligadas, principalmente: à natureza dos solos não apropriados para a agricultura capitalista intensiva; aos problemas fundiários que atingem grande parte do território; aos

conflitos ambientais, fruto de políticas autoritárias; à deficiência de infra-estrutura, entre outros. Tais restrições refletem-se em dificuldades de dinamizar o mercado local/regional, de acesso às políticas de crédito para a produção, e na diminuição de oportunidades para a criação de emprego e geração de renda, reforçando os entraves ao desenvolvimento econômico e social da região.

São esses condicionantes que serão analisados nos itens seguintes, bem como será apresentada uma tipologia construída com indicadores sociais, econômicos e ambientais dos municípios do Vale, para que se possa evidenciar a heterogeneidade estrutural existente entre os municípios da região.

3.1 - Situação Jurídica das Terras no Vale do Ribeira

Na região do Vale do Ribeira cerca de 1,5 milhão de hectare encontra-se juridicamente pendente em processos de regularização de terras, o que chega a representar 40% de seu território (Tabela 1). Em relação ao total da área do Estado de São Paulo com problemas de legitimação de posse, representa 35%, ou seja, é a área mais importante com situação dominial pendente. Historicamente foi palco de graves conflitos pela posse da terra, envolvendo, de um lado, grileiros e seus jagunços e, de outro, os posseiros, legítimos postulantes. A regularização fundiária, nesse contexto, garantiria ao pequeno posseiro o domínio da terra, condição necessária para o seu desenvolvimento socioeconômico.

Como bem coloca Moraes (2000, p. 20), a busca de áreas inadequadas à ocupação, física ou legalmente, por populações de baixa renda, se dá pela insuficiência de mecanismos da sociedade em prover-lhes condições de inserção no sistema produtivo, retratando no espaço a sua exclusão social.

A regularização fundiária no Vale legitimaria o pequeno posseiro que usa a força de trabalho familiar para sobrevivência, dando a ele o título de domínio que, no regime jurídico da nossa sociedade, permitiria a obtenção de financiamento para a produção, para a realização de investimentos, significando a inserção de parcela da população no processo produtivo, a geração de emprego e renda e a diminuição de ocorrência de conflitos pela posse da terra e de ameaças por

TABELA 1 - Situação Dominial da Região do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo, 1997

Classificação das terras	Área (ha)	%
Devolutas	135.800	9
• Plano de legitimação por iniciar	18.300	1
• Áreas remanescentes	105.500	7
• Terras de quilombos	12.000	1
ATRA	218.000	15
Não Discriminadas	604.000	40
• Ação em andamento ¹	170.000	11
• Ação não iniciada	434.000	29
Particulares	542.200	36
• Legitimadas	230.000	15
• Julgadas particulares	312.200	21
Total	1.500.000	100

¹Áreas correspondentes a perímetros cujas ações discriminatórias encontram-se em andamento ou cujos trabalhos complementares estão sendo concluídos para a propositura dessas ações.

Fonte: Instituto (1998).

parte de exploradores de madeira.

O Vale também é amplamente abrangido por decretos de proteção ambiental, supondo-se que a maior parcela das terras são localizadas em glebas devolutas ainda não discriminadas. Glebas que abrigam comunidades tradicionais, as quais passaram a sofrer diversas restrições para sobreviver das terras que ocupam, pois tornaram-se “moradores”, sem qualquer autonomia, em Unidades de Conservação Ambiental, ou no entorno destas.

A relevância das questões socioambiental e fundiária no Vale do Ribeira reportam à necessidade da regularização fundiária. A eliminação desse gargalo tão restritivo ao desenvolvimento da região requer a demarcação de terras, já discriminadas, de posseiros, a titulação dos quilombolas e a demarcação das terras indígenas, para os agricultores que vivem nas Unidades de Conservação ou não, bem como, a implantação de projetos de desenvolvimento sustentável que inclui o manejo agroflorestal, o ecoturismo, o turismo rural, o manejo sustentável de recursos naturais nos Parques e Estações Ecológicas, limitando entradas posteriores de população para ocupação e, também, fora dessas unidades.

3.2 - Recente Valorização da Região

Apesar de autores considerados clássicos como Petrone (1966, p. 5) e Silveira (1950, p. 109) se referirem à região pela “situação de isola-

mento em face do planalto”, “por seu comportamento geral distante do homem, e pelas relações que mantêm entre si”, deve-se alertar para características que foram se acentuando ao longo da última década, ou seja, a de vir se constituindo numa região que tem despertado o interesse dos mais diferentes segmentos da sociedade, imigrantes oriundos de outras partes do estado, e de fora dele, como opção de sobrevivência e moradia, ou mesmo, de um estilo de vida mais próximo à natureza por pesquisadores, ativistas de organizações não governamentais; e o turismo, em geral, predatório, desordenado e até ameaçador à sobrevivência das comunidades locais e do meio ambiente que lhe propicia a existência.

Um sinal claro dessa mudança é dado pela taxa média do movimento migratório para o Vale do Ribeira. Em 1996, 9,3% da população residente não era residente em 1991, taxa acima da média do Estado de São Paulo, que foi de 8,1%. Alguns municípios alcançam taxas muito acima da média, como Ilha Comprida (32,7%) e Barra do Turvo (16%) (Tabela 2). A opção de residência no Vale tem vários motivos: é procurado por pessoas em busca de calma e tranquilidade, fenômeno que ocorre em vários outros municípios brasileiros, as cidades litorâneas também são um chamariz para jovens e aposentados e, no interior, a busca por um pedaço de terra tem sido o principal objetivo.

Outro aspecto demográfico que diferencia o Vale é a alta concentração da população vivendo na zona rural. Em 2000, de cada 10 habi-

TABELA 2 - Participação de Imigrantes na População Total, por Município do Vale do Ribeira e Estado de São Paulo, de 1991 a 1996

Município e estado	População		Participação da pop. imigrante (%)
	Imigrante ¹	Total	
Ilha Comprida	1.123	3.434	32,7
Barra do Turvo	1.154	7.219	16,0
São Lourenço da Serra	1.400	10.139	13,8
Cananéia	1.054	9.591	11,0
Pedro de Toledo	843	7.693	11,0
Juquitiba	2.388	21.850	10,9
Tapiraí	724	7.200	10,1
Itariri	1.124	11.679	9,6
Iporanga	455	4.736	9,6
Itapirapuã Paulista	297	3.143	9,4
Apiáí	2.167	23.972	9,0
Cajati	2.379	26.743	8,9
Estado de São Paulo	2.765.482	34.119.110	8,1
Juquiá	1.514	18.685	8,1
Ribeira	312	3.881	8,0
Pariquera-Açu	1.122	15.810	7,1
Jacupiranga	1.098	15.652	7,0
Sete Barras	888	13.193	6,7
Itaóca	220	3.403	6,5
Miracatu	1.204	21.018	5,7
Registro	2.246	49.200	4,6
Eldorado	607	13.872	4,4
Iguape	759	26.052	2,9
Barra do Chapéu	18	5.009	0,4
Total do Vale	25.096	323.174	9,3

¹ Residentes no município em 1996 que não residiam em 1991.

Fonte: IBGE. Contagem da população. Rio de Janeiro, 1996.

tantes do Estado de São Paulo, 9,3 moravam nas zonas urbanas, enquanto no Vale do Ribeira esta proporção cai para 6,5 habitantes, ou seja, 35% das pessoas ainda moravam na zona rural. Metade dos municípios, Ribeira, Barra do Chapéu, Sete Barras, Barra do Turvo, Iporanga, Itapirapuã Paulista, Miracatu, Eldorado, Itariri, Jacupiranga, Juquiá e Apiáí, apresentaram taxas de urbanização abaixo da média da região, que foi de 65,3% (Tabela 3). Supõe-se que a população residente em áreas urbanas teria maior acessibilidade aos serviços básicos de infra-estrutura, como também aos equipamentos de serviços sociais, como os de educação e de saúde. Veremos à frente que nem sempre essa assertiva é válida no caso do Vale do Ribeira.

Com relação à taxa geométrica de crescimento anual da população, tiveram crescimento igual ou menor a um, no período 1991/96,

municípios como Ribeira, Iporanga, Barra do Chapéu, Eldorado e Sete Barras, que também apresentaram baixa urbanização e pequeno fluxo de população imigrante. No entanto, no mesmo período, a taxa média do Vale foi de 2,8% a.a., maior 0,8% que a do estado. Chama atenção a taxa de Ilha Comprida (17,8%), por constituir-se em novo município, desmembrado de Iguape, com a montagem de boa parte da infra-estrutura necessária, atraindo moradores como observado no fluxo de imigrantes, que é o maior da região (32,7%). No período 1991/2000, os núcleos populacionais mais consolidados, como Iguape e Registro, tiveram pequenas taxas de crescimento populacional, e a média regional empatou com a do estado (1,8% a.a.). De certa forma, denota que existe certo nível de dinamismo dos outros municípios atraindo os residentes. São os casos de Cananéia, Pariquera-Açu, Juquitiba, Tapiraí e

TABELA 3 - População Residente por Situação do Domicílio, Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População e Taxa de Urbanização, por Município do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo, 2000

Município	População Residente (2000)			Taxa geom. de cresc. anual da população (%)		Taxa de urbanização (%)
	Total	Urbana	Rural			(2000)
				(1996/91)	(2000/1991)	
Ribeira	3.507	1.006	2.501	-2,5	-1,6	28,7
Barra do Chapéu	4.846	1.448	3.398	-0,9	-0,1	29,9
Sete Barras	13.714	4.644	9.070	0,9	1,0	33,9
Barra do Turvo	8.108	2.880	5.228	2,9	1,6	35,5
Iporanga	4.562	2.076	2.486	-0,9	-0,1	45,5
Itapirapuã Paulista	3.577	1.652	1.925	3,3	1,0	46,2
Miracatu	22.383	10.912	11.471	1,6	1,8	48,8
Eldorado	14.134	6.974	7.160	0,0	0,6	49,3
Itariri	13.613	7.445	6.168	3,9	1,8	54,7
Jacupiranga	17.041	10.043	6.998	2,1	1,6	58,9
Juquiá	20.516	12.440	8.076	2,3	2,1	60,6
Apiáí	27.162	16.648	10.514	3,2	0,4	61,3
Juquitiba	26.459	17.387	9.072	4,9	3,3	65,7
Pariquera-Açu	17.649	11.722	5.927	2,8	3,3	66,4
Pedro de Toledo	9.187	6.159	3.028	4,5	1,9	67,0
Itaóca	3.226	2.174	1.052	-1,3	-2,2	67,4
Tapiraí	8.570	5.787	2.783	4,3	4,5	67,5
Cajati	29.227	20.996	8.231	2,1	2,0	71,8
Iguape	27.427	21.934	5.493	1,2	0,7	80,0
Registro	53.752	43.066	10.686	2,1	1,0	80,1
Cananéia	12.298	10.204	2.094	6,1	3,0	83,0
São Lourenço da Serra	12.199	10.781	1.418	4,7	5,5	88,4
Ilha Comprida	6.704	6.704	-	17,8	9,3	100,0
Total do Vale	359.861	235.082	124.779	2,8	1,8	65,3
Total do Estado	37.032.403	34.592.851	2.439.552	2,0	1,8	93,4

Fonte: IBGE. Contagem da população. Rio de Janeiro, 1996 e CENSO, 2000.

São Lourenço da Serra, além de Ilha Comprida. Alguns próximos da capital, como Juquitiba e São Lourenço da Serra, pode-se dizer que estão na área de influência da grande região Metropolitana de São Paulo (Tabela 3).

3.3 - Pobreza e Desigualdade no Vale do Ribeira: tipologia socioeconômica, agrícola e ambiental dos municípios

A despeito do recente interesse pela região, o Vale do Ribeira permanece com as condições de vida e de renda entre as menores do Estado de São Paulo. Apesar de quase sempre ser visualizada como uma região homogênea, isso não reflete a realidade de sua diferenciação interna, a qual precisa ser levada em con-

ta para um melhor conhecimento das condições locais e, também, para subsidiar a formulação de políticas diferenciadas e compensatórias (CHABARIBERY, 1999). Por isso, optou-se por uma tipologia social, econômica e ambiental dos municípios do Vale do Ribeira que permitisse a avaliação comparativa dos níveis de desenvolvimento entre os municípios.

A tipologia regional foi realizada com o intuito de auxiliar na avaliação do estágio de desenvolvimento em que se encontra o território do Vale do Ribeira, bem como identificar as estruturas fundamentais do desenvolvimento. Foram usados métodos estatísticos de análise multivariada¹¹ aplicados a variáveis do Censo Agro-

¹¹Essa tipologia e maiores detalhes de sua metodologia são encontrados em CHABARIBERY (1999) e CHABARIBERY et al. (2000).

pecuário (CA) 1995-96, do Censo Demográfico (CD) de 1991¹², do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (ADH) de 1998, da Carta de Classificação e Uso das Terras (CCUT) de 1975, do Perfil Municipal (PM) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Os dados utilizados foram coletados para os seguintes municípios do Vale do Ribeira¹³: Apiaí, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Iporanga, Itaóca, Itapirapuã Paulista, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Miracatu, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Peruíbe, Registro, Ribeira, São Lourenço da Serra, Sete Barras e Tapiraí.

A tipologia agrupou os municípios da região que são mais parecidos em relação aos indicadores sociais, econômicos e ambientais analisados, formando cinco sub-regiões que chamar-se-ão classes. Não deixa de ser interessante que a agregação dos municípios tenha ocorrido de forma contínua no território em quase todas as classes, de certo modo indicando que a dinâmica econômica no Vale se expande do pólo de Registro para o seu entorno (Figura 1). Isso pode ser um agravante para as localidades do Alto Ribeira, do Lagamar, dos Costões da Juréia e da Serra de Paranapiacaba pois, muito mais rápido do que o possível, podem vir a passar por processos de intensificação da ocupação de forma não suportável para seus ecossistemas, se não houver a preocupação de implantar um planejamento de gestão dos recursos humanos e ambientais nas comunidades.

Os indicadores temáticos escolhidos para construir a tipologia dos municípios do Vale do Ribeira foram:

- Indicadores para identificar o sistema predominante de produção na agricultura: o tipo de agricultura (familiar ou não, conforme a participação de força de trabalho familiar) e a modernização agrícola (conforme a intensidade das chamadas técnicas modernas de produção);
- Indicadores sociais de habitabilidade na zona rural, como o uso de energia elétrica e água canalizada, e de educação dos chefes de família;
- Indicadores ambientais que dêem dimensão

das restrições que a região possui para a agricultura intensiva;

- Indicadores demográficos que traduzam a dinâmica econômica do município e do seu entorno; e,
- Índices de condições de vida, avaliando o bem-estar social, conforme as cinco dimensões que os compõem, quais sejam, longevidade, educação, infância, renda e habitação.

Para cada um desses indicadores foram selecionadas variáveis ativas, no total de 20, e 10 variáveis ilustrativas¹⁴.

a) Variáveis Ativas, conforme o indicador tema:

1 - Indicador de modernização agrícola:

ADCO = % dos estabelecimentos com uso de adubos e corretivos do solo;

DESP = valor das despesas por hectare de área trabalhada;

PROD = valor da produção (animal e vegetal) por hectare de área total;

TRAT = número de tratores por 1.000 ha de área trabalhada;

ARIR = % dos estabelecimentos com área irrigada;

PRAG = % dos estabelecimentos com controle de pragas;

2 - Indicador de práticas de conservação do solo

CONS = % dos estabelecimentos que utilizam alguma prática de conservação do solo;

3 - Indicador de capacidade de uso da terra (restrições naturais)

REST = % de áreas dos municípios que estão fora das classes e subclasses de capacidade de uso das terras aptas para agricultura;

4 - Indicador de capacidade produtiva da força de trabalho

TRPO = número de tratores por pessoa ocupada;

VPPO = valor da produção agropecuária por pessoa ocupada (R\$1.000);

5 - Indicador de tipo de agricultura

PERM = percentual do total de pessoal ocupado correspondente aos empregados permanentes;

FAMI = percentual do total de pessoal ocupado correspondente ao responsável e membros não-remunerados da família;

¹²Justifica-se continuar utilizando o Censo Demográfico de 1991 pela riqueza de informações para a zona rural que este apresentou em relação ao de 2000, até o momento de realização do presente trabalho.

¹³Os municípios de Ilha Comprida e Juquitiba não foram incluídos devido à ausência de dados do Censo Agropecuário. Peruíbe foi incluído por ter parte do território na Bacia hidrográfica.

¹⁴Das variáveis ativas são extraídos os componentes principais, conforme o método utilizado, e as variáveis ilustrativas, por motivos teóricos, participam na interpretação dos resultados, mas não são consideradas para a obtenção dos componentes principais.

- 12 - Indicador demográfico
 txur = taxa de urbanização;
 ddem = densidade demográfica;
 txgr = taxa geométrica de crescimento anual da população;
- 13 - Indicador ambiental
 silv = percentual de áreas do município aptas para o abrigo da flora e da fauna, ou urbanismo e recreação.

3.3.1 - Descrição das classes de municípios

As cinco classes de municípios obtidas, formando a tipologia da região do Vale do Ribeira, apresentaram as características descritas a seguir (Figura 1 e Tabelas 4 e 5):

Classe 1: Os municípios são Apiaí, Barra do Chapéu, Iporanga, Itaóca, Itapirapuã Paulista, Ribeira e Barra do Turvo. Abrangem o Alto Ribeira e, em sua maior parte, estão inseridos em Unidades de Conservação Ambiental, abarcando os seguintes Parques Estaduais: o Turístico do Alto Ribeira, o de Jacupiranga, o Intervalos e o da Serra do Mar. A restrição de aptidão de terras para uso agrícola abrange, em média, 95% das áreas dos municípios, que também têm 32,6% das áreas aptas para o abrigo da flora e da fauna silvestre. O tipo de agricultura é predominantemente familiar, com 77,5% da ocupação de força de trabalho, e a presença significativa de 12% de emprego de menores. Os indicadores de habitabilidade rural estão bem abaixo das médias regional e do estado: apenas 32,9% dos estabelecimentos fazem uso de energia elétrica e 31% de canalização de água. Os indicadores sociais de condições de vida do município também mostram-se os piores da região, com destaque para a educação (icve de 0,47), e renda (icvr de 0,57). As variáveis que podem indicar modernização agrícola são pouco expressivas, revelando inserção quase ausente a um padrão tecnológico. Os sistemas produtivos estão mais ligados aos produtos básicos (arroz e feijão), milho e tomate. Apesar do baixo nível de modernização agrícola da classe, na produção de tomate o uso de agrotóxicos é intenso e causa graves problemas de saúde, inclusive em crianças que freqüentemente trabalham ajudando os pais nas lavouras. Apresenta-se como o grupo de municípios de maior dependência da agricultura para a geração de emprego (PEAT = 0,91) e de renda (RMRT = 65,5%), e alta incidência de po-

breza entre os chefes de domicílio rural (16%).

Resumindo, na classe 1 predomina a agricultura familiar de baixa renda, com presença de trabalho infantil; municípios dependentes da agricultura para geração de emprego e renda, mesmo apresentando a maior parcela de terras com restrições para a agricultura; e com vocação para a proteção da flora e fauna. Os indicadores sociais nos domicílios rurais e de condições de vida dos municípios são os mais baixos da região, sobressaindo a precariedade da eletrificação rural e dos indicadores de educação e renda.

Classe 2: Cananéia e Peruíbe formam o segundo grupo de municípios. Paradoxalmente, apresenta indicadores de média modernização agrícola, com elevada contratação de empregado permanente (43,4%). Apesar da elevada percentagem de terras restritivas para a atividade agrícola intensiva (72,1%), esta classe alcança indicadores de eficiência econômica mais próximos à média do Estado que a classe 1, como o valor da produção, por pessoa ocupada (R\$7.840) e por ha (R\$340). Em Cananéia, parcela considerável desse valor (cerca de 71%) vem do setor de pesca e aqüicultura. Em Peruíbe, 96% do valor da produção provém de lavoura permanente (banana). Apesar do icvm (0,72) ser melhor que o da classe 1, encontra-se abaixo do índice médio do Estado (0,76). Surpreende o percentual de estabelecimentos com uso de energia elétrica (91%), mais que o dobro apresentado pela classe 1, e muito acima da média do Estado (75%). Supõe-se que o indicador de uso de energia elétrica é alto por serem cidades praianas, com chácaras e casas de lazer, e o elevado percentual de empregados deve estar relacionado à contratação de caseiros.

Na classe 2, a predominância das atividades pesqueiras em Cananéia e a forte influência da classe média com residências de lazer em Peruíbe mesclam altos indicadores de modernização agrícola e de condições de habitação e renda, com indicadores sociais nem tão bons. Os ligados à educação são ruins, tanto o de chefe de domicílio rural analfabeto, quanto o icve que retrata as condições educacionais das crianças. É o agrupamento de menor dependência da agricultura para a geração de emprego.

Classe 3: Abrange os municípios de Eldorado, Juquiá, Miracatu, Jacupiranga, Tapirai, Cajati, Iguape, Itariri e Pedro de Toledo. Apresenta indi-

TABELA 4 - Média dos Valores das Variáveis para os Indicadores da Tipologia da Agricultura dos Municípios do Vale do Ribeira e Estado de São Paulo, 2000

Indicador/variável ativa	Tipologia dos municípios					Região do Vale	Estado de São Paulo ¹
	Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5		
Tipo de agricultura							
FAMI (%)	77,47	34,30	57,71	53,90	35,16	60,33	50,1
PERM (%)	9,54	60,12	34,71	41,60	64,83	31,32	35,7
MENO (%)	12,14	7,26	10,23	3,11	1,09	9,18	5,5
Bem-estar rural							
ENEL (%)	32,85	91,41	73,62	88,27	100,00	65,46	75,0
CANA (%)	31,06	59,53	58,28	53,42	91,03	50,56	77,0
Educação na zona rural							
CSIN (%)	39,31	36,49	36,59	26,85	31,85	35,94	26,2
CINP (%)	57,56	57,49	56,38	57,25	56,95	58,37	65,4
Modernização agrícola							
ADCO (%)	27,18	33,85	71,02	78,65	96,87	55,91	71,9
DESP (R\$/ha)	220	1.080	510	530	3.140	590	694
PROD (R\$/ha)	80	340	400	240	570	280	568
PRAG (%)	74,51	39,54	83,21	91,45	93,75	78,07	92,6
ATTR (ha/n. tratores)	642,09	136,98	333,18	54,02	4,21	360,61	
ARIR (%)	9,51	0,00	3,47	5,14	81,25	8,87	12,8
Capacidade produtiva da força de trabalho							
VPPO (R\$/PO)	1.520	7.840	6.000	4.150	3.560	4.380	9.369
TRPO (n. tratores/PO)	0,02	0,10	0,04	0,14	0,23	0,06	0,20
Práticas de conservação do solo							
CONS (%)	5,74	34,3	5,62	4,33	25,00	5,92	52,7
Capacidade de uso da terra (restrições naturais)							
REST (%)	95,14	91,00	81,22	47,33	90,00	82,32	14,6
Incidência de pobreza							
POBR (%)	16,24	19,72	6,79	5,47	3,66	10,65	7,5
Renda rural							
RMRT (%)	65,53	40,58	70,64	64,20	72,47	65,48	77,0
Emprego agrícola							
PEAT (relação)	0,91	-4,49	-0,03	0,81	-1,44	-0,09	-2,04
Indicador/variável ilustrativa							
Ambiental							
silv (%)	32,57	46,50	11,22	3,67	-	19,68	3,04
Demográfico							
txurb (%)	38,36	87,39	54,37	58,74	97,82	54,85	73,7
txgcrp (a.a.)	1,48	3,97	1,69	1,46	3,97	1,90	1,49
ddem (hab./km ²)	13,63	54,03	21,23	39,49	283,09	36,19	108,8
Condições de vida (índice varia entre zero e um)							
icvm (síntese)	0,62	0,72	0,71	0,74	0,74	0,69	0,76
icvl (longevidade)	0,71	0,78	0,78	0,80	0,77	0,76	0,79
icve (educação)	0,47	0,59	0,52	0,57	0,59	0,52	0,57
icvi (infância)	0,66	0,77	0,74	0,77	0,77	0,72	0,77
icvr (renda)	0,57	0,74	0,72	0,75	0,85	0,68	0,80
icvh (habitação)	0,68	0,74	0,79	0,81	0,75	0,75	0,86

¹Valores médios de Chabaribery (1999).

Fonte: Dados da pesquisa.

TABELA 5 - Sistemas Produtivos Predominantes por Classe de Município do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo, 2000

Classe/município	Pastagem (ha)	1º produto	Área (ha)	2º produto	Área (ha)	3º produto	Área (ha)
Classe 1							
Barra do Turvo	20.755	milho	380	feijão	280	arroz	230
Apiáí	8.733	tomate	1.200	milho	1.000	feijão	300
Barra do Chapéu	6.548	milho	700	feijão	200	tomate	100
Iporanga	6.505	arroz	450	feijão	390	milho	250
Itaóca	6.694	milho	350	feijão	230	banana	102
Itapirapuã Paulista	13.365	milho	1.400	feijão	1.080	mandioca	50
Ribeira	9.753	milho	70	banana	30	laranja	28
Classe 2							
Cananéia	488	banana	300	arroz	80	milho	10
Peruibe	2.547	banana	1.325	mandioca	95	feijão	10
Classe 3							
Eldorado	26.923	banana	3.850	arroz	200	feijão	200
Tapiraí	2.934	banana	160	milho	120	feijão	30
Juquiá	9.596	banana	3.700	milho	120	arroz	30
Miracatu	5.389	banana	3.700	borracha	16	maracujá	7
Jacupiranga	10.961	banana	3.500	borracha	157	feijão	150
Cajati	11.193	banana	4.200	palmito	300	feijão	185
Iguape	7.790	banana	1.600	maracujá	330	mandioca	200
Itariri	723	banana	4.250	mandioca	60	feijão	25
Pedro de Toledo	1.433	banana	3.000	mandioca	70	arroz	30
Classe 4							
Registro	7.473	banana	4.626	chá	2.877	arroz	830
Sete Barras	16.453	banana	3.911	arroz	300	feijão	100
Pariquera-Açu	2.780	tangerina	1.505	chá	800	maracujá	629
Classe 5							
São Lourenço da Serra	19	milho	50	feijão	20	caqui	1

Fonte: PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL - PAM. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

cadres de modernização agrícola acima da média da região; percentual de estabelecimentos com uso de adubo e corretivo de 71% e controle de pragas de 83,2%; mas, apresenta também alto percentual de terras com restrições agrícolas (81,2%). Entre os índices parciais de condições de vida, o que se refere à habitação apresenta-se entre os mais elevados da região (0,79). A relação entre renda proveniente da agricultura sobre a renda total (70,6%) e a relação da população ocupada na agricultura sobre a PEA total (PEAT = -0,03), também, demonstram que a atividade agrícola na região, baseada no cultivo da banana e outras frutas (maracujá e tangerina), é importante para a geração de emprego, bem como a participação da renda rural no total da renda dos municípios (70,6%).

Em síntese, é a classe que mais se aproxima da média regional, de agricultura fami-

liar com baixa modernização agrícola, mas demonstrando capacidade produtiva da força de trabalho nos seus sistemas produtivos, basicamente a fruticultura. As condições de vida mostram-se péssimas quanto ao tema educação.

Classe 4: Formada por Registro, Sete Barras e Pariquera-Açu, é considerada a mais desenvolvida do Vale, lastreada pelos sistemas produtivos da banana e do chá. Apresenta os indicadores de modernização agrícola ADCO (78,7%) e PRAG (91,4%) acima das médias do estado, inclusive os relacionados ao uso de tratores, demonstrando que são as áreas mecanizáveis do Vale, pois apresentam o mais baixo indicador de terras com restrições agrícolas da região (47,3%). Apresenta-se como um dos melhores conjuntos de índices de condições de vida entre as classes, mas as variáveis ligadas à renda monetária não são as melhores. O valor da produção por pessoa

ocupada (R\$4.150) está abaixo da média da região, assim como a renda média nominal agrícola sobre a renda total do município (64,2%). Por outro lado, a dependência de geração de emprego do setor agrícola é alta (0,81), mostrando que é uma classe com base econômica na agricultura.

A classe 4, em resumo, trata-se do pólo de crescimento capitalista do Vale, no qual, apesar da agricultura familiar ser importante, existe a necessidade de contratação de empregados para viabilizar os sistemas produtivos da teicultura e da bananicultura, refletindo na importância da agricultura para a dinâmica econômica. Registro é considerada a capital econômica do Vale, e Pariquera-Açu a que converge boa parcela da demanda da região por equipamentos públicos de saúde.

Classe 5: Nos trabalhos mais tradicionais, o município de São Lourenço da Serra não faz parte do Vale do Ribeira. Justifica-se sua inclusão pelo fato de pertencer à Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e de sua natureza revelar potencial para atividades ligadas ao turismo ecológico. Porém, como revelam os indicadores de modernização agrícola, a intensidade da produção agrícola em áreas irrigadas é alta e são importantes as culturas relacionadas à produção de horticultura no município. Ele é bastante diferenciado do restante do Vale na sua dinâmica econômica, inclusive, por estar localizado mais próximo à capital, em vários temas de gestão pública, deve ser considerado como pertencente à Região Metropolitana de São Paulo.

Segundo a OECD (1996), considera-se comunidade predominantemente rural quando a taxa de urbanização está abaixo de 50%, significativamente rurais com taxas de urbanização entre 50% e 75% e urbana com taxa acima de 75% da população. Sendo assim, pode-se considerar a classe 1 predominantemente rural, as classes 3 e 4 significativamente rurais e a classe 5 predominantemente urbana. Esses municípios podem ser considerados como comunidades locais, pois apresentam densidade demográfica abaixo de 150 habitantes por quilômetro quadrado, com exceção da classe 5.

A síntese da tipologia (Quadro 1) permite concluir que os temas da educação, do bem-estar rural e da renda rural são os prioritários numa agenda de políticas sociais. Por isso, detalhou-se os indicadores sociais que abrangem es-

tas dimensões para os municípios da região.

No tema educação, os resultados dos indicadores de taxa de rendimento escolar (Tabela 1, do Anexo 1) mostram que a região do Vale do Ribeira apresentou médias de desempenho escolar em patamares inferiores quando comparada à média do estado. No ensino básico, que compreende o ensino fundamental (1ª a 8ª séries) e o ensino médio (1º ao 3º colegiais), são importantes aqueles indicadores que refletem a qualidade do ensino que está sendo ministrado, tais como: a Distorção Idade-conclusão, mostrando o percentual de crianças que terminam a fase de ensino fora da idade média apropriada, ou seja, indica a defasagem na conclusão do curso básico. Normalmente, durante o ensino fundamental, essa taxa costuma ser baixa nas quatro primeiras séries, aumentando nas séries seguintes; as Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono escolar também refletem a não universalização do ensino básico pela ausência de estrutura adequada e dificuldades de alocação de recursos humanos.

A distorção idade-conclusão no ensino fundamental está com mais de 10 pontos percentuais de defasagem, 27,1% para o estado e 37,5% para a região. Significa que 37,5% dos alunos que concluem o ensino fundamental (excetuando os que abandonam) o fazem atrasados, isto é, fora da idade média esperada para a formatura. Enquanto o ensino médio alcançou 35,9% no estado e 43,3% na região. No conjunto dos indicadores, os municípios com pior rendimento escolar foram Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Cananéia, Iguape, Ilha Comprida, Jiquitiba e São Lourenço da Serra. Porém, deve-se ressaltar que todos os municípios da região apresentaram desempenho escolar abaixo da média do estado. A média da taxa de abandono no ensino fundamental é de 2,2% no estado e de 8,0% no Vale; e para o ensino médio, é de 6,3% no estado e chega a 14,8% no Vale.

Também é importante observar que, em 2000, o percentual de pessoas alfabetizadas, com cinco anos ou mais, no estado foi de 90,8% na zona urbana e 84,7% na rural (Tabela 6). Na Mesorregião do Litoral Sul Paulista desagregando-se os valores para as populações rural e urbana, a diferença na taxa de pessoas alfabetizadas foi de 78,6% e 88,8%, respectivamente, e para a Microrregião de Registro essas taxas não foram muito diferentes.

QUADRO 1 - Síntese da Tipologia Socioeconômica, Agrícola e Ambiental dos Municípios do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo

Indicador	Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5
Município	Apiáí, B. do Chapéu, B.do Turvo, Iporanga, Itaóca, Itapirapuã Pta. e Ribeira	Cananéia e Peruíbe	Eldorado, Tapirai, Juquiá, Miracatu, Jacupiranga, Cajati, Iguape, Itariri P. de Toledo	Registro, Sete Barras e Pariquera-Açu	São Lourenço da Serra
Tipo de agricultura predominante	familiar	patronal	familiar	familiar empresarial	patronal
Bem-estar rural	muito baixo	alto	médio	médio	alto
Grau de modernização agrícola	baixo	baixo	médio	médio	alto
Incidência de pobreza	alta	alta	média	média	média
Importância da renda rural	alta	baixa	alta	alta	alta
Dependência de emprego agrícola	alta	baixa	alta	alta	baixa
Nível do índice de condições de vida do município (icvm)	muito baixo	baixo	baixo	médio	médio
Pior dimensão do icv	educação, infância e renda	educação	educação	educação	educação
Entorno socioeconômico	estagnado	dinâmica média	baixa dinâmica	baixa dinâmica	dinâmico
Restrições naturais p/ agricultura	altíssima	altíssima	altíssima	alta	altíssima
Vocação para vida silvestre	altíssima	altíssima	altíssima	média	baixa
Nível de comunidade	local	local	local	local	-
Tipo de comunidade	predominantemente rural	predominantemente urbana	significativamente rural	significativamente rural	predominantemente urbana

Fonte: Dados da pesquisa.

TABELA 6 - Participação de Pessoas Alfabetizadas com 5 Anos e Mais, Zona Urbana e Rural, Mesorregião do Litoral Sul Paulista, Microrregião de Registro e Estado de São Paulo, 2000 (em %)

Item	População Alfabetizada	
	Urbana	Rural
Estado de São Paulo	90,8	84,7
Mesorregião do Litoral Sul Paulista	88,8	78,6
Microrregião de Registro	88,7	78,7

Fonte: CENSO, 2000.

O primeiro requisito para que a população da região adquira a competência, ou habilite-se para receber população de fora (turistas), sem dúvida passa pela educação formal - fundamental e média - e profissionalizante universalizada e de qualidade.

Na questão do bem-estar rural, as condições de moradia refletem-se nos indicadores de saúde, principalmente o de mortalidade infantil, mas também os relacionados às condições de saneamento básico.

O coeficiente de mortalidade infantil refere-se ao resultado da divisão entre os óbitos de menores de um ano e os nascidos vivos multiplicados por 1.000 habitantes. Cabe ressaltar que nos óbitos menores de um ano foram considerados os óbitos neonatal acrescidos dos óbitos pós-neonatal. Foram discriminados os dados de neonatal e os pós-neonatal, já que para ambos a "causa *mortis*" tem motivos muitas vezes diferenciados (Tabela 2 do Anexo 1).

De forma geral pode-se afirmar que o

coeficiente neonatal tem correlação direta com o acompanhamento pré-natal e as condições em que foram realizadas o parto. Já o coeficiente pós-neonatal está mais diretamente relacionado ao ambiente de crescimento no primeiro ano de vida, ou seja, aleitamento materno, condições nutricionais, de higiene, de saneamento, etc., da mãe e do local de moradia e, também, com as condições do período neonatal.

Cinco municípios apresentaram taxas de mortalidade infantil, em 2001, abaixo do verificado para o Estado de São Paulo. Foram eles: Itaipapuã Paulista, Itariri, São Lourenço da Serra, Miracatu e Apiaí. Cabe ressaltar que os dois piores coeficientes de mortalidade registrados na região do Vale do Ribeira são respectivamente para o município de Iporanga, cerca de 43,0 mortes por 1.000 crianças nascidas vivas, e 32,6 para o município de Ribeira. O comportamento deste coeficiente no período de 1996 a 2001, portanto cinco anos, tanto para a região como para o estado foi uma queda em torno de 30,0%, ou seja, uma melhora significativa, com exceção dos municípios de Iguape, Juquiá, Jacupiranga, Eldorado, Iporanga, Pedro de Toledo, Barra do Chapéu e Ribeira.

O atendimento à saúde reporta necessariamente aos indicadores resultantes de aplicação de recursos, no caso o número de equipamentos, como unidades ambulatoriais, centros e postos de saúde e os hospitais, por 1.000 habitantes. Das 295 unidades de saúde existentes no Vale do Ribeira cerca de 53,0% são unidades ambulatoriais, 32,0% postos de saúde e o restante se divide entre hospitais e centros de saúde, sendo que os hospitais têm menor abrangência, cerca de 6,1 % do total das unidades, ou seja, 18 unidades (Tabela 3, do Anexo 1).

Na comparação entre os municípios é flagrante a diferenciação do Alto Ribeira (classe 1) com apenas um hospital em Apiaí. Cabe ressaltar que nessa sub-região a carência de hospitais é suprida em parte pela existência de um maior número de postos de saúde.

Nas demais áreas, os hospitais (unidade mais completa em termos de atendimento) estão distribuídos relativamente de forma harmônica, ou seja, geralmente em quase todo município existe pelo menos um, exceto para os municípios de Ilha Comprida, Sete Barras e São Lourenço da Serra, onde não existe nenhuma unidade hospitalar.

Ressalve-se que, ao examinar os índices, precisa-se ponderá-los pela população, cita-

se, por exemplo, o caso de Registro em que o índice é baixo, ou seja, poucas unidades/1.000 habitantes, porém há que se registrar a função polarizadora de serviços que as cidades de Registro e de Pariqueira-Açu possuem.

Como interesse direto para o trabalho foram utilizados indicadores de bem-estar para a zona rural, mas é importante dimensionar os indicadores de abastecimento de água e saneamento habitacional para os municípios. Ressalta-se que, como mostrado anteriormente, os índices de condições de vida na dimensão habitação são os melhores na região do Vale do Ribeira. Porém, como todo indicador síntese, não se deve crer totalmente sem questionamento. O problema habitacional é grave na zona rural e o tipo de esgotamento sanitário é grave mesmo nas cidades. Em 2000, quanto ao tipo de esgotamento sanitário e a existência ou não de banheiros, os dados apresentam grandes diferenças quando comparados aos valores do estado. Assim sendo, quando se observam os dados relativos à rede coletora, vê-se que 41,7% dos domicílios particulares permanentes estão ligados à rede e 32,8% estão ligados a "outro tipo", enquanto no estado esses dados alcançam 81,7% e 11,3% respectivamente (Tabela 4, do Anexo 1). Quanto aos domicílios possuírem ou não banheiros, a diferença da região quando comparada ao estado é grande, ou seja, a região do Vale atinge 4,0% como "não tinham banheiros" e o estado apresenta o percentual de 0,4.

Da mesma forma que o acesso ao esgotamento sanitário, o acesso ao sistema de água é essencial para o controle e a redução de doenças. Portanto, o indicador de acesso ao sistema de água complementa os indicadores de desenvolvimento sustentável, retratando a qualidade de vida de uma região, além de permitir o acompanhamento das políticas públicas de saneamento básico.

A questão da água na região do Vale do Ribeira, quando comparada ao estado, mostra uma diferença significativa, ou seja, enquanto a região tem apenas cerca de 66,0% dos domicílios particulares permanentes ligados à rede geral, o Estado de São Paulo apresenta 93,5% dos domicílios. Sendo assim, pode-se dizer que quase todos os domicílios no estado têm ligação de rede geral, com certeza possuem água de melhor qualidade (Tabela 5, do Anexo 1).

Os 34,0% dos domicílios restantes do Vale estão quase que na sua totalidade com seu

fornecimento de água proveniente de poços ou nascentes, situação presente, principalmente, das zonas rurais.

A questão da pobreza na região pode ser analisada a partir de dois indicadores relativos à capacidade das pessoas proverem suficiente alimentação - a desnutrição infantil e a indigência da população da região do Vale do Ribeira por município.

A) Desnutrição Infantil

A desnutrição infantil pode ser captada pelo risco de ocorrência de desnutrição entre crianças até cinco anos de idade e pode ser medida pelo percentual dessas crianças com retardo de crescimento para a idade que possuem. A base empírica para o modelo preditivo foi a Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição (PNSN), considerando a população infantil do Censo Demográfico de 1991. Para facilitar a descrição da distribuição do risco de ocorrência da desnutrição infantil no País, os municípios foram agrupados conforme a magnitude da prevalência do retardo de crescimento em 5 categorias (Quadro 2).

No Estado de São Paulo, as Regiões do Vale do Ribeira, do Sudoeste Paulista e do Pontal do Paranapanema são as que apresentam indícios de risco de ocorrência de desnutrição infantil. No Vale, o índice médio de desnutrição infantil foi de 8,3%, sendo 9,7% na zona rural e 6,3% na urbana, porém observa-se que alcança maiores valores de crianças desnutridas na zona rural em vários municípios, atingindo um risco médio, segundo a classificação apresentada na tabela 7. Alerta-se para o fato de que nos últimos anos, houve vários indícios de que esta situação tenha se agravado.

Ressalta-se que a prevalência de desnutrição entre crianças da zona rural chega a ser significativa em municípios considerados com melhor infra-estrutura e maior dinâmica econômica, como em Iguape (11,78%) e Registro (10,58%), e também os municípios de Cananéia, Eldorado, Iporanga, Itariri, Apiaí, Ribeira e Barra do Turvo (13,1%), apresentaram índices muito acima que a média do Vale.

Com relação à classificação geral dos municípios do Estado de São Paulo, o município 1º colocado foi Americana (3,6%). Já o índice médio alcançado pelo Vale do Ribeira o deixaria na posição entre os 25 piores colocados.

B) Indigência

Na medição de indigência utilizou-se o método da renda, no qual os patamares monetários mínimos são calculados por região, área de residência e *per capita* para representar o montante mensal necessário para a aquisição de uma cesta de alimentos que satisfaça as necessidades mínimas recomendadas internacionalmente por pessoa. Esse valor é conhecido como "linha de indigência".

Ressalta-se que, para efeitos da construção das cestas de alimentos, o levantamento optou pela adoção dos valores referidos aos requerimentos energéticos, expressos em kg-cal por pessoa/dia, haja vista que é consenso entre os especialistas de que ao serem satisfeitas as necessidades calóricas dos indivíduos, a cesta de alimentos geralmente satisfaria as necessidades de proteínas e outros nutrientes (ARIAS, 1999, p. 5-6).

Com relação à indigência, também é clara a disparidade do seu indicador, que retrata a situação de maior pobreza na região. A média do percentual de pessoas indigentes no Vale do Ribeira (7,2%) é 1,8 vezes maior que a média do Estado de 3,9% (Tabela 8).

Como na questão da desnutrição infantil, aqui também ressalta a situação de pobreza em alguns municípios, como Barra do Chapéu, Itaóca, Ribeira e Barra do Turvo, respectivamente, com percentuais de 13,9%, 13,8%, 11,3% e 10,0%, quase o dobro da média da região.

4 - ANÁLISE DA DINÂMICA DOS SETORES PRODUTIVOS A PARTIR DO NÍVEL DE EMPREGO

A despeito da maior pobreza e do menor número de alternativas econômicas para obtenção de renda, na última década, de 1991 a 2001, na Região do Vale do Ribeira foram criados 27.798 empregos formais. A maioria deles no setor de serviços, com 20.672 empregos ocupados. Porém, o setor industrial teve queda de 317 postos ocupados no mesmo período, sendo que as maiores baixas ocorreram nos municípios mais carentes, sem a compensação de ocupação no setor de serviços como em outros municípios (Tabela 9).

A variação dos postos totais, entre 1995 e 2001, foi de 65%, na região, contra 6% no Estado

QUADRO 2 - Critérios de Avaliação da Desnutrição Infantil no Brasil

% de crianças de baixa estatura	Risco da desnutrição infantil
< 5	Muito baixo
5 - 9,9	Baixo
10 - 14,9	Médio-baixo
15 - 19,9	Médio-alto
20 - 29,9	Alto
30 - 39,9	Muito alto

Fonte: Benício; Monteiro (1997).

TABELA 7 - Prevalência Estimada da Desnutrição entre Crianças Menores de 5 Anos, por Município do Vale do Ribeira, 1991

Município	% de crianças desnutridas		
	Urbana	Rural	Índice médio
Apiáí	6,32	12,20	9,52
Barra do Chapéu
Barra do Turvo	8,37	13,08	11,55
Cajati
Cananéia	6,79	11,34	7,94
Eldorado	5,13	10,49	8,28
Iguape	5,95	11,78	7,64
Ilha Comprida
Iporanga	6,94	12,93	10,82
Itaóca
Itapirapuã Paulista
Itariri	6,08	10,34	8,15
Jacupiranga	4,95	8,44	6,65
Juquiá	5,61	9,00	7,05
Juquitiba	9,62	...	9,62
Miracatu	5,57	8,15	7,09
Pariquera-Açu	5,12	8,75	6,66
Pedro de Toledo	5,47	9,57	7,64
Registro	5,91	10,58	7,12
Ribeira	8,17	11,33	10,35
São Lourenço da Serra
Sete Barras	4,84	9,42	7,92
Tapiraí	5,84	7,98	6,97
Média do Vale	6,30	9,70	8,30
Americana (1º no Estado)	3,59	5,37	3,60

Fonte: Benício; Monteiro (1997).

TABELA 8 - População Indigente em Relação à População, por Município do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo, 1996

Município	População indigente (n.)	% de indigentes
Apiáí	2.040	8,6
Barra do Chapéu	695	13,9
Barra do Turvo	715	10,0
Cajati	1.343	5,0
Cananéia	843	8,8
Eldorado	933	6,8
Iguape	2.018	7,8
Ilha Comprida	159	4,7
Iporanga	463	9,8
Itaóca	466	13,8
Itapirapuã Paulista	277	8,8
Itariri	761	6,6
Jacupiranga	736	4,7
Juquiá	845	4,5
Juquitiba	1.998	9,2
Miracatu	1.027	4,9
Pariquera-Açu	612	3,9
Pedro de Toledo	402	5,3
Registro	2.858	5,8
Ribeira	437	11,3
São Lourenço da Serra	475	4,7
Sete Barras	615	4,7
Tapiraí	199	2,8
Média do Vale	20.917	7,2
Média do Estado	1.339.354	3,9

Fonte: Arias, 1999.

TABELA 9 - Emprego Formal nos Setores da Economia, por Município do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo, 1991, 1995, 2000 e 2001

(continua)

Município	Total de empregos ocupados (n.)				Var. % 2001/1995	Empregos ocupados na indústria (n.)				Var. % 2001/1995
	1991	1995	2000	2001		1991	1995	2000	2001	
Apiáí	2.079	1.980	2.678	2.874	45	858	534	502	430	-19
Barra do Chapéu	-	84	94	137	63	-	3	6	3	0
Barra do Turvo	99	261	234	223	-15	21	22	4	6	-73
Cajati	-	2.804	3.166	3.406	21	-	1.127	755	829	-26
Cananéia	716	279	912	947	239	134	45	138	81	80
Eldorado	522	899	1.165	1.255	40	171	145	57	51	-65
Iguape	1.654	1.290	1.566	1.717	33	123	65	60	134	106
Ilha Comprida	-	373	864	820	120	-	18	19	15	-17
Iporanga	129	353	210	430	22	40	175	9	185	6
Itaóca	-	167	214	189	13	-	75	16	14	-81
Itapirapuã Paulista	-	126	159	169	34	-	-	1	-	0
Itariri	735	864	986	1.031	19	129	177	155	180	2
Jacupiranga	4.047	2.156	1.971	1.892	-12	1.491	764	165	222	-71
Juquiá	1.212	1.596	2.032	1.763	10	232	261	213	149	-43
Juquitiba	986	4.949	8.553	10.623	115	246	596	878	1.416	138
Miracatu	976	1.406	1.563	1.679	19	257	164	129	110	-33
Pariquera-Açu	588	1.374	2.050	2.310	68	271	198	272	274	38
Pedro de Toledo	361	531	580	517	-3	96	78	100	63	-19
Registro	5.773	5.910	6.611	6.550	11	1.511	845	1.083	895	6
Ribeira	317	225	205	180	-20	19	13	26	22	69
S. Lourenço da Serra	-	680	6.453	8.431	1140	-	212	347	396	87
Sete Barras	610	836	1.040	1.116	33	128	33	60	61	85
Tapiraí	430	613	776	773	26	317	244	185	191	-22
Total do Vale	21.234	29.756	44.082	49.032	65	6.044	5.794	5.180	5.727	-1
Estado de São Paulo	7.621.133	7.708.277	8.049.213	8.185.857	6	2.746.987	2.549.458	2.243.488	2.235.747	-12

Fonte: Relação, 1991, 1995, 2000 e 2001.

TABELA 9 - Emprego Formal nos Setores da Economia, por Município do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo, 1991, 1995, 2000 e 2001

(conclusão)

Município	Empregos ocupados no comércio (n.)				Var. % 2001/1995	Empregos ocupados nos serviços				Var. % 2001/1995
	1991	1995	2000	2001		1991	1995	2000	2001	
Apiáí	235	246	345	347	41	878	1.019	923	1.062	4
Barra do Chapéu	-	-	2	3	-	-	32	59	119	272
Barra do Turvo	21	25	46	44	76	44	195	173	151	-23
Cajati	-	273	689	595	118	-	833	1.195	1.469	76
Cananéia	120	76	135	186	145	431	100	527	556	456
Eldorado	87	95	116	148	56	199	327	485	506	55
Iguape	286	287	352	349	22	959	763	973	1.058	39
Ilha Comprida	-	35	85	102	191	-	319	760	703	120
Iporanga	3	3	9	19	533	12	166	187	222	34
Itaóca	-	-	0	12	-	-	90	194	161	79
Itapirapuã Paulista	-	2	3	3	50	-	108	147	159	47
Itariri	99	115	182	172	50	391	106	392	361	241
Jacupiranga	486	267	376	347	30	1.827	671	791	703	5
Juquiá	349	303	402	351	16	121	537	628	573	7
Juquitiba	270	293	812	771	163	377	3.929	6.843	8.418	114
Miracatu	209	234	364	370	58	410	572	581	673	18
Pariquera-Açu	140	223	331	332	49	110	724	1.150	1.396	93
Pedro de Toledo	104	250	157	108	-57	147	163	266	245	50
Registro	1.275	1.494	2.010	2.050	37	1.640	2.113	2.546	2.645	25
Ribeira	21	12	11	12	0	212	170	154	136	-20
S. Lourenço da Serra	-	99	945	1.265	1178	-	307	5.110	6.718	2088
Sete Barras	92	51	74	93	82	277	256	295	361	41
Tapiraí	26	42	153	112	167	16	221	304	328	48
Total do Vale	3.823	4.425	7.599	7.791	76	8.051	13.721	24.683	28.723	109
Estado de São Paulo	935.196	1.093.577	1.320.396	1.391.299	27	3.193.173	3.685.377	4.172.457	4.248.179	15

Município	Demais empregos ocupados (n.)				Var. % 2001/1995
	1991	1995	2000	2001	
Apiáí	31	58	112	124	114
Barra do Chapéu	286	175	181	176	1
Barra do Turvo	67	229	297	308	34
Cajati	-	1	0	-	-100
Cananéia	71	106	134	142	34
Eldorado	1.347	1.458	972	960	-34
Iguape	510	495	789	690	39
Ilha Comprida	113	496	611	601	21
Iporanga	13	19	11	22	16
Itaóca	-	571	527	513	-10
Itapirapuã Paulista	243	454	639	620	37
Itariri	65	332	507	550	66
Jacupiranga	74	9	5	4	-56
Juquiá	100	436	489	526	21
Juquitiba	93	131	20	18	-86
Miracatu	-	62	51	52	-16
Pariquera-Açu	116	466	257	318	-32
Pedro de Toledo	14	40	57	101	153
Registro	108	181	908	1.035	472
Ribeira	-	49	27	12	-76
S. Lourenço da Serra	-	2	4	2	0
Sete Barras	-	16	8	7	-56
Tapiraí	65	30	14	10	-67
Total do Vale	3.316	5.816	6.620	6.791	17
Estado de São Paulo	745.777	379.865	312.872	310.632	-18

Fonte: Relação, 1991, 1995, 2000 e 2001.

de São Paulo. De certa forma, esses dados corroboram a análise da dinâmica populacional que apresentou altos índices de migração, praticamente no mesmo período. Chama atenção para o desempenho negativo na região, que vem da indústria, seguido pelo menor desempenho, ainda que positivo dos demais empregos ocupados, em que estaria incluída a ocupação na agricultura.

O contexto geral do emprego na região, na segunda metade da década de 1990, não é de todo pessimista e tem no setor de serviços seu carro chefe. Para uma discussão mais acurada do impacto dos diferentes setores da economia como multiplicador de emprego, realizou-se uma análise que tem como alvo apurar o potencial turístico na região.

4.1 - Uma Aproximação do Multiplicador do Emprego no Turismo para o Vale do Ribeira

Analisou-se o comportamento do emprego no contexto do desenvolvimento regional do Vale do Ribeira. Através da análise da atividade do Turismo e, dentro dele, do Ecoturismo, preocupou-se em construir um indicador da atividade e de suas potencialidades na região.

Dessa forma, o que se fará aqui é uma aproximação do potencial de geração de emprego que a atividade do Turismo representa para a economia da região, contribuindo assim para o debate e para a formulação de alternativas de desenvolvimento para a região.

Calculou-se o multiplicador de emprego da atividade do Turismo para os municípios do Vale, possibilitando, com isso, estabelecer critérios de prioridades para esses, de modo a permitir a orientação de suas políticas locais de geração de emprego e renda. Subjacente a isso, criar uma possível discussão quanto às alternativas de desenvolvimento regional sustentável em regiões que apresentam longos períodos de estagnação econômica e social, como é o caso do Vale.

Para atingir o objetivo específico deste trabalho será aplicada a "Teoria da Base Econômica", de origem tradicional dentro do campo econômico e que preconiza que existe uma dicotomia fundamental para as atividades econômicas de uma área: *atividades básicas* (não locais) e *atividades não-básicas* (locais) (HADDAD et al., 1989).

As atividades básicas são definidas co-

mo aquelas que produzem bens e serviços para o uso não local, ou seja, são atividades cujo produto é consumido por não-residentes sob a forma, portanto, de exportação. Por outro lado, as atividades não-básicas são definidas pelas atividades que geram bens e serviços cuja utilização é feita pelos residentes, isso é, uma produção consumida localmente.

Trata-se de um modelo conceitual simples, sem grandes pretensões de explicar profundamente as articulações que as atividades econômicas de uma dada região encerram. No entanto, é um esquema que permite uma aproximação razoável da estrutura econômica da região.

A idéia é isolar, dentro das complexas articulações de dependência das atividades econômicas regionais, uma variável estratégica que determine o nível das demais atividades. Essa variável estará associada ao comportamento das atividades básicas (não-locais), aquelas destinadas à exportação.

Fica fácil perceber que a teoria da base econômica explica a ampliação do emprego e da renda de uma dada região por meio de forças exteriores a essa região, admitindo então que a demanda do "resto do mundo" por bens e serviços produzidos na área de análise é que condiciona o desempenho das demais atividades locais.

A questão, no momento, é saber como classificar as atividades em básicas e não-básicas. A literatura econômica regional (RICHARDSON, 1975) aponta que possíveis setores de base podem ser: a indústria da transformação, os serviços financeiros e bancários, distribuidores de bens e serviços regionais, o turismo, a administração governamental centralizada, laboratórios e certos tipos de instituições médicas e educacionais. Os setores não-básicos incluem o governo local, lojas de comércio local, escolas, advogados, médicos e indústrias locais (principalmente as ligadas a serviços de reparação e manutenção).

Essa classificação, no entanto, é intuitiva e, portanto, não define claramente quem produz para o consumo local ou não. Para que a análise torne-se operacional é necessária uma medida das atividades básicas e não-básicas. A idéia é estabelecer um corte quantitativo, de modo a permitir a separação entre os setores. Existem várias medidas possíveis, mas padecem da dificuldade de não serem facilmente disponíveis principalmente para municípios. Na ausência de informação mais qualificada das transações entre

bens e serviços, bem como de capital, a literatura recomenda a utilização do emprego, como unidade de medida (*proxi*), das atividades econômicas que ocorrem em uma dada região.

Recorre-se a um modelo matemático que identifica a relação entre os setores. Dessa forma, o emprego total (ET) em uma dada região ou município será descrito como sendo formado por dois componentes: emprego básico (EB) e, emprego não-básico (EN). Ou seja,

$$ET = EB + EN$$

Admitindo-se, como prescreve a teoria, que o emprego básico representa as atividades que atuam no desempenho total do emprego do município, pode-se derivar que o emprego não-básico é um resíduo proporcional da magnitude do emprego total. Então:

$$EN = \alpha ET,$$

logo: $ET = \alpha ET + EB \quad \therefore \quad ET(1-\alpha) = EB$

então:

$$ET = (1 / 1 - \alpha) EB$$

A razão $(1 / 1 - \alpha)$ é a expressão do multiplicador do emprego para a região e/ou município. Reflete, dessa forma, o impacto que a criação de uma unidade de emprego adicional na atividade básica produz no emprego total.

Há várias restrições ao uso do emprego como elemento para essa classificação. Dentre elas está o fato de não representar qualquer medida das exportações de capital entre as áreas e, ainda, de não refletir mudanças na produtividade, o que poderia alterar a própria classificação entre básicas e não-básicas.

No entanto, a própria literatura aponta ser o emprego a melhor solução, principalmente em áreas que apresentem pequenas dimensões, alta capacidade ociosa e conseqüente desemprego de recursos. Outros argumentos podem ser somados às facilidades de se utilizar o emprego como "*proxi*" das atividades econômicas dinâmicas ou não. O primeiro reside no fato, já identificado por outros autores, de mudanças no perfil ocupacional da População Economicamente Ativa (PEA) agrícola brasileira (GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI, 1997). Em segundo lugar, pode-se verificar, com dados censitários, que o

Vale do Ribeira caminha para um esvaziamento da atividade agrícola, isso porque existe um crescimento do setor serviços nos pequenos municípios, concomitantemente a queda de área plantada e redução de produção de culturas que vão desde aquelas para subsistência (arroz, milho e mandioca) até as comerciais (banana e chá).

Por último, acompanhando o movimento descrito sucintamente acima, a população, na busca de alternativas para a sobrevivência, procura emprego primeiro no seu município, levando a um aumento da taxa de urbanização, também identificada para os municípios do Vale nos últimos censos demográficos e na contagem de 1996.

Dessa forma, para uma região flagrantemente carente como o Vale, a utilização do emprego como elemento classificador das atividades econômicas apresenta-se bastante conveniente.

Operacionalmente é necessário efetuar um cálculo que possibilite a classificação. Novamente, a literatura aponta que o quociente locacional representa uma razoável aproximação e consiste em relacionar o número de empregos em uma dada atividade j no município com o emprego total dessa atividade na região de referência, a partir da participação que o emprego total do município tem no emprego total da região. Matematicamente:

$$QL = (Si / Ni) / (S / N) \quad \therefore \quad QL = (Si / S) / (Ni / N)$$

onde;

S_i = emprego da atividade j do município;

S = emprego total do município;

N_i = emprego total da atividade j na região de referência;

N = emprego total da região de referência.

Valores maiores que a unidade para o quociente locacional indicam que a atividade j está mais concentrada no municípios relativamente à distribuição dessa atividade na região de referência. Quanto maior o quociente, mais especializado é o município na atividade j . O uso do quociente locacional permite identificar as atividades básicas, ou seja, valores maiores que a unidade indicam atividades exportadoras (HADDAD et al., 1989)¹⁶.

É possível observar que Cananéia, Iporanga, Jacupiranga, Miracatu, Pariquera-Açu, Pe-

¹⁶Ver também: Clemente (1994) e Haddad et al. (1989)

ruíbe, Registro e São Lourenço da Serra foram os municípios que mais se destacaram com o coeficiente locacional maior que a unidade na atividade Alojamento e Alimentação entre as atividades básicas (Tabela 10). Isso permitiu analisar, para esses municípios, o multiplicador que o

emprego do pessoal ocupado nos serviços de Alojamento e Alimentação tem sobre o emprego total (Tabela 11).

Apesar da intenção de isolar um multiplicador do emprego na atividade de ecoturismo, considerando-se alojamento e alimentação, não

TABELA 10 - Coeficiente Locacional das Atividades Econômicas nos Municípios do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo (continua)

Apiáí		B. Chapéu		B. Turvo		Cajati	
IND MECANICA	0,0000	EXTR MINERAL	0,0000	EXTR MINERAL	0,0000	IND MECANICA	0,0000
ELET E COMUN	0,0000	MIN NAO MET	0,0000	MIN NAO MET	0,0000	MAT TRANSP	0,0000
MAT TRANSP	0,0000	IND METAL	0,0000	IND METAL	0,0000	IND TEXTIL	0,0000
BOR FUM COUR	0,0000	IND MECANICA	0,0000	IND MECANICA	0,0000	IND CALCADOS	0,0000
IND QUIMICA	0,0000	ELET E COMUN	0,0000	ELET E COMUN	0,0000	MIN NAO MET	0,0573
IND TEXTIL	0,0000	MAT TRANSP	0,0000	MAT TRANSP	0,0000	EXTR MINERAL	0,0590
IND CALCADOS	0,0000	MAD E MOBIL	0,0000	MAD E MOBIL	0,0000	PAPEL E GRAF	0,2035
COM ATACAD	0,0223	PAPEL E GRAF	0,0000	PAPEL E GRAF	0,0000	MED ODON VET	0,2178
CONSTR CIVIL	0,3012	BOR FUM COUR	0,0000	IND QUIMICA	0,0000	BOR FUM COUR	0,2218
PAPEL E GRAF	0,3082	IND QUIMICA	0,0000	IND TEXTIL	0,0000	INST FINANC	0,2324
ALOJ/ALIMENT	0,4126	IND TEXTIL	0,0000	IND CALCADOS	0,0000	MAD E MOBIL	0,2941
AGRICULTURA	0,4471	IND CALCADOS	0,0000	COM ATACAD	0,0000	COM ATACAD	0,3530
IND METAL	0,5080	CONSTR CIVIL	0,0000	MED ODON VET	0,0000	SER UTIL PUB	0,4062
ADM TEC PROF	0,7170	COM VAREJ	0,0000	ENSINO	0,0000	COM VAREJ	0,5789
COM VAREJ	0,8480	COM ATACAD	0,0000	ADM TEC PROF	0,0971	ALOJ/ALIMENT	0,5986
TRAN E COMUN	0,9056	INST FINANC	0,0000	CONSTR CIVIL	0,2317	ADM PUBLICA	0,7807
SER UTIL PUB	1,0109	ADM TEC PROF	0,0000	TRAN E COMUN	0,2394	ADM TEC PROF	0,7914
INST FINANC	1,1202	TRAN E COMUN	0,0000	AGRICULTURA	0,3855	ENSINO	0,9221
ENSINO	1,1973	MED ODON VET	0,0000	COM VAREJ	0,5456	AGRICULTURA	1,1750
ADM PUBLICA	1,4650	ENSINO	0,0000	ALOJ/ALIMENT	0,6089	TRAN E COMUN	1,7373
MED ODON VET	2,1934	ALOJ/ALIMENT	0,1061	INST FINANC	1,0832	IND METAL	2,2637
MAD E MOBIL	3,8024	SER UTIL PUB	0,9719	SER UTIL PUB	1,1156	CONSTR CIVIL	2,7569
EXTR MINERAL	5,1832	ADM PUBLICA	2,2971	BOR FUM COUR	2,8433	ELET E COMUN	4,8400
MIN NAO MET	6,2263	AGRICULTURA	2,9599	ADM PUBLICA	3,7184	IND QUIMICA	7,4644
Cananéia		Eldorado		Iguape		Ilha Comprida	
EXTR MINERAL	0,0000	IND METAL	0,0000	IND METAL	0,0000	EXTR MINERAL	0,0000
MIN NAO MET	0,0000	IND MECANICA	0,0000	IND MECANICA	0,0000	IND METAL	0,0000
IND METAL	0,0000	ELET E COMUN	0,0000	ELET E COMUN	0,0000	IND MECANICA	0,0000
IND MECANICA	0,0000	MAT TRANSP	0,0000	MAT TRANSP	0,0000	ELET E COMUN	0,0000
ELET E COMUN	0,0000	PAPEL E GRAF	0,0000	BOR FUM COUR	0,0000	MAT TRANSP	0,0000
MAT TRANSP	0,0000	BOR FUM COUR	0,0000	IND CALCADOS	0,0000	PAPEL E GRAF	0,0000
PAPEL E GRAF	0,0000	IND QUIMICA	0,0000	IND QUIMICA	0,0614	BOR FUM COUR	0,0000
BOR FUM COUR	0,0000	IND TEXTIL	0,0000	IND TEXTIL	0,0797	IND QUIMICA	0,0000
IND QUIMICA	0,0000	IND CALCADOS	0,0000	MAD E MOBIL	0,0889	IND TEXTIL	0,0000
IND TEXTIL	0,0000	ENSINO	0,0000	CONSTR CIVIL	0,2665	IND CALCADOS	0,0000
IND CALCADOS	0,0000	CONSTR CIVIL	0,0306	MIN NAO MET	0,3468	COM ATACAD	0,0000
CONSTR CIVIL	0,0000	COM ATACAD	0,1495	EXTR MINERAL	0,4013	INST FINANC	0,0000
ADM PUBLICA	0,0166	ADM TEC PROF	0,1540	ADM TEC PROF	0,4379	TRAN E COMUN	0,0000
ADM TEC PROF	0,1073	MIN NAO MET	0,2591	ALOJ/ALIMENT	0,5243	MED ODON VET	0,0000
MED ODON VET	0,1211	COM VAREJ	0,4688	COM ATACAD	0,6003	ENSINO	0,0000
ENSINO	0,2074	TRAN E COMUN	0,5064	AGRICULTURA	0,7205	AGRICULTURA	0,0000
MAD E MOBIL	0,3706	ALOJ/ALIMENT	0,5366	MED ODON VET	1,1913	CONSTR CIVIL	0,1753
TRAN E COMUN	0,5295	SER UTIL PUB	0,7865	COM VAREJ	1,4527	ADM TEC PROF	0,2448
COM VAREJ	1,2267	INST FINANC	1,0022	SER UTIL PUB	1,5132	MIN NAO MET	0,3708
AGRICULTURA	1,6875	EXTR MINERAL	1,0994	ADM PUBLICA	1,5669	COM VAREJ	0,3990
SER UTIL PUB	2,1931	ADM PUBLICA	1,2571	INST FINANC	1,7726	ALOJ/ALIMENT	0,4914
INST FINANC	2,1958	MED ODON VET	1,7367	PAPEL E GRAF	1,8456	MAD E MOBIL	0,5071
ALOJ/ALIMENT	2,6634	AGRICULTURA	2,3187	TRAN E COMUN	2,1393	SER UTIL PUB	0,7503
COM ATACAD	4,7247	MAD E MOBIL	3,9203	ENSINO	2,1906	ADM PUBLICA	4,3080

Fonte: Dados da pesquisa.

TABELA 10 - Coeficiente Locacional das Atividades Econômicas nos Municípios do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo (continua)

Iporanga	Itaoca	Itapirapuã	Itariri				
MIN NAO MET	0,0000	EXTR MINERAL	0,0000	EXTR MINERAL	0,0000	EXTR MINERAL	0,0000
IND METAL	0,0000	IND METAL	0,0000	MIN NAO MET	0,0000	IND MECANICA	0,0000
IND MECANICA	0,0000	IND MECANICA	0,0000	IND METAL	0,0000	ELET E COMUN	0,0000
ELET E COMUN	0,0000	ELET E COMUN	0,0000	IND MECANICA	0,0000	MAT TRANSP	0,0000
MAT TRANSP	0,0000	MAT TRANSP	0,0000	ELET E COMUN	0,0000	MAD E MOBIL	0,0000
MAD E MOBIL	0,0000	MAD E MOBIL	0,0000	MAT TRANSP	0,0000	PAPEL E GRAF	0,0000
PAPEL E GRAF	0,0000	PAPEL E GRAF	0,0000	MAD E MOBIL	0,0000	BOR FUM COUR	0,0000
BOR FUM COUR	0,0000	BOR FUM COUR	0,0000	PAPEL E GRAF	0,0000	IND TEXTIL	0,0000
IND TEXTIL	0,0000	IND QUIMICA	0,0000	BOR FUM COUR	0,0000	IND CALCADOS	0,0000
IND CALCADOS	0,0000	IND TEXTIL	0,0000	IND QUIMICA	0,0000	CONSTR CIVIL	0,0000
COM ATACAD	0,0000	IND CALCADOS	0,0000	IND TEXTIL	0,0000	ENSINO	0,0000
ENSINO	0,0000	COM VAREJ	0,0000	IND CALCADOS	0,0000	ADM PUBLICA	0,0367
ADM PUBLICA	0,0871	COM ATACAD	0,0000	SER UTIL PUB	0,0000	ADM TEC PROF	0,1843
CONSTR CIVIL	0,2239	INST FINANC	0,0000	CONSTR CIVIL	0,0000	TRAN E COMUN	0,1948
COM VAREJ	0,3163	ADM TEC PROF	0,0000	COM ATACAD	0,0000	IND QUIMICA	0,2826
AGRICULTURA	0,3260	TRAN E COMUN	0,0000	INST FINANC	0,0000	ALOJ/ALIMEN	0,4624
ADM TEC PROF	0,3752	MED ODON VET	0,0000	ADM TEC PROF	0,0000	COM VAREJ	0,5031
TRAN E COMUN	0,9255	ENSINO	0,0000	TRAN E COMUN	0,0000	IND METAL	0,8744
IND QUIMICA	1,0068	ALOJ/ALIMEN	0,0516	ALOJ/ALIMEN	0,0000	MED ODON VET	1,2918
INST FINANC	1,5701	AGRICULTURA	0,0919	MED ODON VET	0,0000	INST FINANC	1,3220
EXTR MINERAL	2,1921	SER UTIL PUB	0,4725	ENSINO	0,0000	COM ATACAD	1,3293
ALOJ/ALIMEN	2,8245	ADM PUBLICA	2,8351	COM VAREJ	0,0965	AGRICULTURA	1,9672
SER UTIL PUB	3,5938	CONSTR CIVIL	6,3305	AGRICULTURA	0,6821	SER UTIL PUB	2,1181
MED ODON VET	13,9668	MIN NAO MET	10,5861	ADM PUBLICA	4,4656	MIN NAO MET	8,2407
Jacupiranga	Juquiá	Juquitiba	Miracatu				
MIN NAO MET	0,0000	IND METAL	0,0000	MIN NAO MET	0,0000	IND MECANICA	0,0000
IND METAL	0,0000	IND MECANICA	0,0000	IND MECANICA	0,0000	ELET E COMUN	0,0000
ELET E COMUN	0,0000	ELET E COMUN	0,0000	BOR FUM COUR	0,0000	MAT TRANSP	0,0000
MAT TRANSP	0,0000	MAT TRANSP	0,0000	IND CALCADOS	0,0000	PAPEL E GRAF	0,0000
BOR FUM COUR	0,0000	PAPEL E GRAF	0,0000	ENSINO	0,0000	IND TEXTIL	0,0000
IND QUIMICA	0,0000	BOR FUM COUR	0,0000	MED ODON VET	0,0465	IND CALCADOS	0,0000
IND TEXTIL	0,0000	IND TEXTIL	0,0000	AGRICULTURA	0,0836	MED ODON VET	0,0000
IND CALCADOS	0,0000	IND CALCADOS	0,0000	TRAN E COMUN	0,1187	ENSINO	0,0490
ENSINO	0,1487	ADM TEC PROF	0,1407	INST FINANC	0,1918	CONSTR CIVIL	0,0606
MED ODON VET	0,1736	COM ATACAD	0,1561	COM ATACAD	0,2670	MIN NAO MET	0,1708
EXTR MINERAL	0,2398	CONSTR CIVIL	0,3359	MAT TRANSP	0,2761	ADM TEC PROF	0,2030
MAD E MOBIL	0,2922	MIN NAO MET	0,3383	SER UTIL PUB	0,2897	IND QUIMICA	0,4236
ADM TEC PROF	0,3181	ENSINO	0,3496	EXTR MINERAL	0,3480	EXTR MINERAL	0,5270
PAPEL E GRAF	0,4594	ALOJ/ALIMEN	0,6109	ADM PUBLICA	0,5330	COM ATACAD	0,6569
COM VAREJ	0,5680	SER UTIL PUB	0,6674	COM VAREJ	0,5699	MAD E MOBIL	0,8321
SER UTIL PUB	0,5896	IND QUIMICA	0,7191	ALOJ/ALIMEN	0,6209	SER UTIL PUB	0,8424
ADM PUBLICA	0,7956	MAD E MOBIL	0,7634	CONSTR CIVIL	0,8204	TRAN E COMUN	0,9596
TRAN E COMUN	0,9364	TRAN E COMUN	0,8099	IND QUIMICA	0,8730	COM VAREJ	0,9792
AGRICULTURA	1,1461	INST FINANC	0,9346	MAD E MOBIL	2,1892	IND METAL	1,1235
INST FINANC	1,3166	MED ODON VET	1,0203	PAPEL E GRAF	3,0163	ALOJ/ALIMEN	1,1246
COM ATACAD	1,4147	COM VAREJ	1,1035	IND METAL	3,1961	ADM PUBLICA	1,2408
CONSTR CIVIL	2,6084	ADM PUBLICA	1,3938	ELET E COMUN	4,3929	INST FINANC	1,4627
ALOJ/ALIMEN	2,8405	AGRICULTURA	1,7431	ADM TEC PROF	5,7292	AGRICULTURA	1,8138
IND MECANICA	14,4256	EXTR MINERAL	1,7745	IND TEXTIL	7,1127	BOR FUM COUR	6,4405

Fonte: Dados da pesquisa.

TABELA 10 - Coeficiente Locacional das Atividades Econômicas nos Municípios do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo (conclusão)

Pariquera		P. Toledo		Peruíbe		Registro	
IND MECANICA	0,0000	MIN NAO MET	0,0000	IND MECANICA	0,0000	IND MECANICA	0,0000
ELET E COMUN	0,0000	IND METAL	0,0000	MAT TRANSP	0,0000	ELET E COMUN	0,0000
BOR FUM COUR	0,0000	IND MECANICA	0,0000	IND QUIMICA	0,0262	IND TEXTIL	0,1200
IND CALCADOS	0,0000	ELET E COMUN	0,0000	MAD E MOBIL	0,0569	IND QUIMICA	0,1454
CONSTR CIVIL	0,0000	MAT TRANSP	0,0000	AGRICULTURA	0,1073	PAPEL E GRAF	0,1655
MED ODON VET	0,0000	MAD E MOBIL	0,0000	BOR FUM COUR	0,2146	ADM TEC PROF	0,4176
IND TEXTIL	0,1379	PAPEL E GRAF	0,0000	COM ATACAD	0,3273	MIN NAO MET	0,4385
IND METAL	0,1646	BOR FUM COUR	0,0000	IND TEXTIL	0,3740	ADM PUBLICA	0,4565
ADM TEC PROF	0,1784	IND QUIMICA	0,0000	PAPEL E GRAF	0,4593	MAD E MOBIL	0,6029
MAD E MOBIL	0,1924	IND TEXTIL	0,0000	IND METAL	0,4867	IND METAL	0,9001
COM ATACAD	0,2598	IND CALCADOS	0,0000	EXTR MINERAL	0,5707	CONSTR CIVIL	0,9219
ENSINO	0,4309	CONSTR CIVIL	0,0000	MIN NAO MET	0,6843	ALOJ/ALIMEN	1,0201
TRAN E COMUN	0,4950	ADM TEC PROF	0,0000	MED ODON VET	0,8678	AGRICULTURA	1,2110
SER UTIL PUB	0,6264	ALOJ/ALIMEN	0,0000	ELET E COMUN	0,9365	INST FINANC	1,2990
INST FINANC	0,6635	ENSINO	0,0000	SER UTIL PUB	1,0105	EXTR MINERAL	1,3098
IND QUIMICA	0,7445	EXTR MINERAL	0,1491	ALOJ/ALIMEN	1,0204	COM ATACAD	1,3349
EXTR MINERAL	0,7526	AGRICULTURA	0,3612	ADM PUBLICA	1,0802	COM VAREJ	1,4572
PAPEL E GRAF	0,7987	COM VAREJ	0,4951	TRAN E COMUN	1,0844	TRAN E COMUN	1,6910
ADM PUBLICA	0,9594	ADM PUBLICA	0,8002	ADM TEC PROF	1,1284	SER UTIL PUB	1,8548
AGRICULTURA	1,0368	INST FINANC	1,1751	CONSTR CIVIL	1,6878	MED ODON VET	1,9009
COM VAREJ	1,0568	TRAN E COMUN	1,1807	INST FINANC	1,7170	BOR FUM COUR	2,3816
MIN NAO MET	2,4388	SER UTIL PUB	1,3204	COM VAREJ	1,9953	ENSINO	2,5606
ALOJ/ALIMEN	2,8408	MED ODON VET	6,6088	ENSINO	2,0816	MAT TRANSP	2,8208
MAT TRANSP	8,9566	COM ATACAD	19,4100	IND CALCADOS	3,4340	IND CALCADOS	3,4641
Ribeira		S. L. da Serra		Sete Barras		Tapiraí	
IND MECANICA	0,0000	MIN NAO MET	0,0000	MIN NAO MET	0,0000	EXTR MINERAL	0,0000
ELET E COMUN	0,0000	IND MECANICA	0,0000	IND METAL	0,0000	MIN NAO MET	0,0000
MAT TRANSP	0,0000	ELET E COMUN	0,0000	IND MECANICA	0,0000	IND METAL	0,0000
PAPEL E GRAF	0,0000	MAT TRANSP	0,0000	ELET E COMUN	0,0000	IND MECANICA	0,0000
BOR FUM COUR	0,0000	IND TEXTIL	0,0000	MAT TRANSP	0,0000	ELET E COMUN	0,0000
IND QUIMICA	0,0000	IND CALCADOS	0,0000	IND TEXTIL	0,0000	MAT TRANSP	0,0000
IND TEXTIL	0,0000	INST FINANC	0,0000	IND CALCADOS	0,0000	PAPEL E GRAF	0,0000
IND CALCADOS	0,0000	ENSINO	0,0000	CONSTR CIVIL	0,0000	BOR FUM COUR	0,0000
COM ATACAD	0,0000	TRAN E COMUN	0,0398	MED ODON VET	0,0000	IND QUIMICA	0,0000
INST FINANC	0,0000	MED ODON VET	0,1093	ENSINO	0,0000	IND CALCADOS	0,0000
ADM TEC PROF	0,0000	ADM TEC PROF	0,2908	IND QUIMICA	0,0429	CONSTR CIVIL	0,0000
MED ODON VET	0,0000	MAD E MOBIL	0,4183	COM ATACAD	0,1399	ENSINO	0,0000
ENSINO	0,0000	AGRICULTURA	0,4331	TRAN E COMUN	0,1480	TRAN E COMUN	0,1065
MAD E MOBIL	0,2399	SER UTIL PUB	0,6189	ALOJ/ALIMEN	0,1907	ADM TEC PROF	0,2375
COM VAREJ	0,3384	COM ATACAD	0,8157	ADM TEC PROF	0,2521	ALOJ/ALIMEN	0,4695
ALOJ/ALIMEN	0,3487	COM VAREJ	1,1532	COM VAREJ	0,4453	INST FINANC	0,4819
SER UTIL PUB	0,3549	ADM PUBLICA	1,2227	PAPEL E GRAF	0,6450	SER UTIL PUB	0,4963
CONSTR CIVIL	0,5528	ALOJ/ALIMEN	1,3647	SER UTIL PUB	0,7358	COM ATACAD	0,5032
MIN NAO MET	0,7015	CONSTR CIVIL	1,6968	MAD E MOBIL	0,8702	COM VAREJ	0,5825
AGRICULTURA	0,8508	EXTR MINERAL	2,1392	EXTR MINERAL	1,0285	AGRICULTURA	0,6325
TRAN E COMUN	2,3993	IND QUIMICA	3,2365	ADM PUBLICA	1,0868	MED ODON VET	0,6576
ADM PUBLICA	2,9680	IND METAL	4,2923	INST FINANC	1,2055	ADM PUBLICA	1,9249
EXTR MINERAL	3,2472	BOR FUM COUR	5,6784	BOR FUM COUR	2,8127	MAD E MOBIL	7,4916
IND METAL	4,1023	PAPEL E GRAF	18,5180	AGRICULTURA	3,3431	IND TEXTIL	11,8225

Fonte: Dados da pesquisa.

TABELA 11 - Multiplicador do Emprego Básico para Municípios do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo

Município	Emprego total	Emprego básico ¹	Multiplicador
Cananéia	312	89	3,51
Iporanga	119	36	3,31
Jacupiranga	2.176	662	3,29
Miracatu	1.320	159	8,30
Parquera-Açu	1.502	457	3,29
Peruibe	3.047	333	9,15
Registro	6.041	660	9,15
S. Lourenço da Serra	691	101	6,84
Média =			5,85

¹Considerado apenas o pessoal ocupado nos serviços de Alojamento e Alimentação.

Fonte: Dados da pesquisa.

se pode deixar de notar que municípios como Registro e Miracatu provavelmente apresentam esse multiplicador bastante elevado para essa atividade, em grande parte por serem locais de “passagem e pousio” para viajantes dos mais diversos setores: comerciantes, empresários, clientes de serviços de saúde, entre outros, e não predominantemente turistas.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexa realidade da região do Vale do Ribeira, relacionada a sua biodiversidade e ao fato de que as suas populações, em geral,

apresentam baixos indicadores sociais, remete à necessidade de compreender as condições e limitações para seu desenvolvimento. A ingerência do Homem nas questões da natureza sempre costuma ser de modo altamente predatório, apesar de que, nesse caso específico, o meio ambiente foi relativamente poupado, mais por mérito das comunidades rurais tradicionais que por obra dos novos invasores, seja na ação dos governos ou de empresas capitalistas. Nesse sentido, cabe um imenso espaço para que a população que vive nas comunidades rurais do Vale do Ribeira se organize buscando projetos sustentáveis que promovam a melhora das suas condições de vida.

LITERATURA CITADA

ARIAS, A. R. **Estimativas de indigência e pobreza no Brasil no período 1990-1996**: resumo metodológico e resultados. Brasília: Projeto Rede de Pesquisa e Desenvolvimento de Políticas Públicas, mar. 1999. Mimeo.

BENÍCIO, M. H. D'A.; MONTEIRO, C. A. **Desnutrição infantil nos municípios brasileiros**: risco de ocorrência. Brasília: NUPENS/USP/UNICEF, 1997. 274 p.

CENSO DEMOGRÁFICO. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

CHABARIBERY, D. **Inovação e desigualdade no desenvolvimento da agricultura paulista**. São Paulo: IEA, 1999. 178 p. (Coleção Estudos Agrícolas, 7/99).

_____ et al. Perfil socioeconômico e ambiental do Vale do Ribeira-SP. In: World Congress of Rural Sociology, 10., 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: SOBER, 2000.

CLEMENTE, A. **Economia regional e urbana**. São Paulo: Atlas, 1994.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. E. A evolução do emprego não agrícola no meio rural brasileiro, 1992-95. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 3, p. 105-26, 1997.

HADDAD, P. R. et al. **Economia regional**: teoria e métodos de análise. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989.

INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - ITESP. **Terra e cidadãos**: aspectos da ação de regularização fundiária no estado de São Paulo. São Paulo, 1998. 128 p. (Série Cadernos ITESP/Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, n. 4).

MORAES, M. B. R. de. **Área de proteção ambiental como instrumento de planejamento e gestão**: APA Cananéia Iguape Peruíbe/SP. 2000. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT - OECD. **Territorial indicators of employment**: focusing on rural development. Paris, 1996.

PAOLIELLO, R. **Conflitos fundiários na Baixada do Ribeira**: a posse como direito e estratégia de apropriação. 1992. São Paulo. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia, Ciências Humanas, Universidade de Campinas.

PETRONE, P. **A Baixada do Ribeira**: estudo de geografia humana. São Paulo, 1966. (Boletim, n. 283 - Cadeira de Geografia, n. 14).

POSEY, D. A. Os Kayapó e a natureza. **Ciência Hoje**, v. 2, n. 12, p. 35-41, 1984.

QUEIROZ, R. C. de. **Atores e retores na Juréia**: idéias e práticas do ecologismo. 1992. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia, Ciências Humanas, Universidade de Campinas.

RICHARDSON, H. W. - **Economia regional**: teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

RODRIGUES, A. M. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: HUCITEC, 1997. p. 42-54.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 1991, 1995, 2000 e 2001. CD.

SILVA, M. Histórias da floresta, da vida e do mundo. In: VIANA, G. et al. (Org.). **O desafio da sustentabilidade**: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.

SILVEIRA, J. D. da. **Baixadas litorâneas quentes e úmidas**. 1950. Tese de Concurso à Cadeira de Geografia Física da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA DO RIBEIRA DE IGUAPE: diagnóstico das condições socioeconômicas e tipificação dos municípios

RESUMO: O trabalho apresenta um diagnóstico da região que compreende a Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape no seu lado paulista, visando subsidiar as instituições governamentais e não governamentais a implementarem ações para o seu desenvolvimento sustentável. O texto aborda as questões socioambiental, fundiária, de pobreza e desigualdade na região, tipificando os municípios conforme vários indicadores sociais, econômicos e ambientais, de forma a evidenciar as diferenças de condições de vida entre eles, refletindo sobre as variáveis estratégicas para o fortalecimento de sistemas produtivos locais. Pretende auxiliar no entendimento de como os agentes podem vir a compreender a posição relativa da região diante do Estado de São Paulo.

Palavras-chave: comunidades rurais, meio ambiente, desenvolvimento sustentável, ecoturismo.

**SUSTAINABLE DEVELOPMENT OF THE Ribeira de Iguape River BASIN:
socioeconomic diagnosis and typification of municipalities**

ABSTRACT: *The work presents a diagnosis of the area embracing the Sao Paulo state side of the Ribeira of Iguape River Basin with a view to subsidizing governmental and non-governmental actions for your sustainable development. The text addresses issues concerning the socioenvironment, land tenure, poverty and inequality in the area. It typifies municipal districts according to several social, economic and environmental indicators in order to evidence differences in life conditions among them and contemplate strategic variables for the invigoration of local production systems. It intends to foster a greater understanding into the way in which agents may come to see the region's relative position in the state of Sao Paulo.*

Key-words: rural communities, environment, sustainable development, ecotourism.

Recebido em 15/06/2004. Liberado para publicação em 08/07/2004.

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA DO RIBEIRA DE IGUAPE:
diagnóstico das condições socioeconômicas e tipificação dos municípios**

Anexo 1

Indicadores de Desempenho para Educação, Saúde e Saneamento Básico

TABELA A.1.1 - Taxas de Distorção Idade-Conclusão e de Rendimento Escolar do Ensino Fundamental e Médio, por Município do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo, 1999
(em %)

Município	Ensino fundamental				Ensino médio			
	Dist.-idade conclus.	Aprovação	Reprovação	Evasão	Dist.-idade conclus.	Aprovação	Reprovação	Evasão
Apiáí	31,2	93,0	2,2	4,8	42,8	83,5	5,0	11,5
Barra do Chapéu	43,5	83,3	3,7	13,0	39,6	76,7	1,2	22,1
Barra do Turvo	51,1	93,2	1,5	5,3	59,0	56,0	35,8	8,2
Cajati	32,0	87,6	4,5	7,9	43,5	77,5	4,1	18,4
Cananéia	34,7	86,4	10,6	3,0	63,3	58,4	25,0	16,6
Eldorado	43,4	91,5	2,7	5,8	12,1	90,0	2,3	7,7
Iguape	48,1	92,5	2,4	5,1	42,9	76,2	3,9	19,9
Ilha Comprida	31,0	61,6	21,5	16,9	41,0	77,7	4,3	18,0
Iporanga	45,7	92,1	4,4	3,5	56,5	83,3	1,9	14,8
Itaóca	45,9	94,3	1,4	4,3	40,5	94,2	0,0	5,8
Itapirapuã Paulista	45,3	87,1	3,4	9,5	26,1	87,7	0,0	12,3
Itariri	37,4	91,1	0,3	8,6	40,2	91,5	0,2	8,3
Jacupiranga	33,1	88,4	2,7	8,9	58,3	77,4	2,3	20,3
Juquiá	29,0	90,5	2,3	7,2	46,9	79,0	1,9	19,1
Juquitiba	45,7	84,2	4,8	11,0	53,3	80,5	12,5	7,0
Miracatu	36,0	88,2	1,6	10,2	37,9	78,1	5,9	16,0
Pariquera-Açu	33,1	88,5	3,1	8,4	41,9	83,3	3,6	13,1
Pedro de Toledo	23,4	70,9	7,9	21,2	47,0	74,4	1,1	24,5
Registro	31,8	94,5	2,1	3,4	33,0	84,2	2,2	13,6
Ribeira	32,1	92,2	2,0	5,8	44,7	87,0	0,0	13,0
S. Lourenço da Serra	45,2	89,6	2,3	8,1	57,7	81,2	4,5	14,3
Sete Barras	38,1	88,5	2,8	8,7	35,9	75,5	2,7	21,8
Tapiraí	24,8	87,1	10,1	2,8	32,8	82,6	3,0	14,4
Média do Vale	37,5	87,7	4,3	8,0	43,3	79,8	5,4	14,8
Estado de São Paulo	27,1	94,3	3,5	2,2	35,9	89,1	4,6	6,3

Fonte: Disponível em: <http://www.inep.gov.br/censo/escolar/sinopse/sinopse_2001.htm>. Acesso em: 23 jul. 2002.

TABELA A.1.2 - Coeficiente de Mortalidade Infantil de Crianças Menores de 1 Ano, por Município do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo, 1996 e 2001¹

Município	1996 Coef. mortalidade infantil	2001		Coef. mortalidade infantil
		Mort. neo-natal total	Mort. pós neonatal total	
Apiaí	19,35	7,18	7,18	14,36
Barra do Chapéu	15,50	10,00	10,00	20,00
Barra do Turvo	44,12	18,99	6,33	25,32
Cajati	29,36	12,36	10,82	23,18
Cananéia	30,04	12,50	8,33	20,83
Eldorado	20,67	15,48	6,19	21,67
Iguape	19,08	18,12	3,62	21,74
Ilha Comprida	27,40	10,99	10,99	21,98
Iporanga	26,09	42,86	0,00	42,86
Itaóca	30,93	0,00	16,67	16,67
Itapirapuã Paulista	25,97	0,00	0,00	0,00
Itariri	24,75	0,00	0,00	0,00
Jacupiranga	18,57	16,56	3,31	19,87
Juquiá	25,75	17,66	8,83	26,49
Juquitiba	30,56	12,99	8,12	21,10
Miracatu	34,48	7,56	3,78	11,34
Pariquera-Açu	22,22	15,63	6,25	21,88
Pedro de Toledo	18,87	29,59	0,00	29,59
Registro	21,16	10,01	6,37	16,38
Ribeira	21,74	32,26	0,00	32,26
São Lourenço da Serra	26,88	0,00	9,26	9,26
Sete Barras	43,19	6,83	10,24	17,06
Tapiraí	37,04	5,88	11,76	17,65
Média do Vale	26,81	12,15	6,69	18,84
Média do Estado	22,74	10,77	5,08	15,85

¹ Coeficiente por 1.000 nascidos vivos.

Fonte: Disponível em : <http://www.saude.sp.gov.br/html/fr_brol1.htm>. Acesso em: 01 ago. 2002.

TABELA A.1.3 - Discriminação das Unidades de Saúde e Índice de Unidades por Mil Habitantes, por Município do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo, 1999

Município	População total 2000	Unidades de saúde				Total das unidades de saúde	Índice ¹ (unidades/ 1.000 hab.)
		Hospitais ²	Ambulatórios	Centros de saúde	Postos de saúde		
Apiáí	27.162	1	12	2	7	22	0,81
Barra do Chapéu	4.846	0	2	1	1	4	0,83
Barra do Turvo	8.108	0	6	1	4	11	1,36
Cajati	29.227	1	5	1	3	10	0,34
Cananéia	12.298	1	6	0	5	12	0,98
Eldorado	14.134	1	9	1	6	17	1,20
Iguape	27.427	2	10	1	7	20	0,73
Ilha Comprida	6.704	0	4	1	2	7	1,04
Iporanga	4.562	1	8	2	5	16	3,51
Itaóca	3.226	0	1	1	0	2	0,62
Itapirapuã Paulista	3.577	0	2	2	0	4	1,12
Itariri	13.613	2	8	1	5	16	1,18
Jacupiranga	17.041	1	5	1	3	10	0,59
Juquiá	20.516	1	12	1	6	20	0,97
Juquitiba	26.459	1	5	0	4	10	0,38
Miracatu	22.383	1	8	1	6	16	0,71
Pariquera-Açu	17.649	1	13	3	8	25	1,42
Pedro de Toledo	9.187	1	6	0	5	12	1,31
Registro	53.752	2	12	2	4	20	0,37
Ribeira	3.507	0	4	1	2	7	2,00
São Lourenço da Serra	12.199	0	3	2	1	6	0,49
Sete Barras	13.714	0	11	1	8	20	1,46
Tapiraí	8.570	1	4	1	2	8	0,93
Média do Vale	359.861	18	156	27	94	295	0,82
Média do Estado	37.032.403	725	5.235	2.107	447	8.514	0,23

¹Índice: n. de unidades de saúde por 1.000 habitantes.

²Refere-se ao ano de 2000.

Fonte: Elaborada com dados do CENSO, 2000.

TABELA A.1.4 - Participação do Tipo de Esgotamento Sanitário nos Domicílios Permanentes por Município do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo, 2000
(em %)

Município	Total de domicílios	Rede coletora	Fossa séptica	Outro tipo	Não tinham
Apiáí	6.887	48,9	18,0	29,4	3,7
Barra do Chapéu	1.235	14,7	2,5	68,0	14,7
Barra do Turvo	2.002	25,4	7,6	47,2	19,8
Cajati	7.364	51,8	14,7	30,7	2,8
Cananéia	3.046	54,8	28,1	11,7	5,4
Eldorado	3.490	43,8	20,9	28,7	6,7
Iguape	7.271	44,3	29,8	24,0	1,8
Ilha Comprida	1.834	24,0	73,1	1,0	2,0
Iporanga	1.098	40,3	8,7	34,8	16,1
Itaóca	808	24,9	3,7	48,1	23,3
Itapirapuã Paulista	897	34,4	0,6	52,3	12,7
Itariri	3.533	26,1	37,7	33,8	2,4
Jacupiranga	4.437	51,0	21,5	24,7	2,7
Juquiá	5.370	43,9	17,3	35,9	2,9
Juquitiba	6.750	10,6	25,2	62,5	1,7
Miracatu	5.816	32,9	12,3	51,5	3,3
Pariquera-Açu	4.447	43,7	28,6	25,9	1,8
Pedro de Toledo	2.488	37,9	36,5	22,1	3,5
Registro	13.660	62,3	16,2	20,0	1,5
Ribeira	950	20,6	14,9	43,8	20,6
São Lourenço da Serra	3.109	13,6	19,2	64,4	2,8
Sete Barras	3.427	43,0	30,4	21,4	5,1
Tapiraí	2.261	47,7	11,4	36,2	4,7
Média do Vale	92.180	41,7	21,5	32,8	4,0
Média do Estado	10.364.152	81,7	6,5	11,3	0,4

Fonte: Elaborada com dados do CENSO, 2000.

TABELA A.1.5 - Participação da Forma de Abastecimento de Água nos Domicílios Permanentes, por Município do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo, 2000
(em %)

Município	Total de domicílios	Rede geral	Outra
Cananéia	3.046	83,5	16,5
Iguape	7.271	76,1	23,9
Pariquera-Açu	4.447	67,7	32,3
Ilha Comprida	1.834	74,5	25,5
Tapiraí	2.261	61,6	38,4
Registro	13.660	80,8	19,2
Juquiá	5.370	64,4	35,6
Sete Barras	3.427	58,6	41,4
Barra do Turvo	2.002	38,7	61,3
Cajati	7.364	76,9	23,1
Jacupiranga	4.437	63,6	36,4
Eldorado	3.490	53,5	46,5
Iporanga	1.098	53,0	47,0
Miracatu	5.816	54,8	45,2
Juquitiba	6.750	47,6	52,4
São Lourenço da Serra	3.109	48,2	51,8
Itariri	3.533	68,6	31,4
Pedro de Toledo	2.488	64,2	35,8
Apiáí	6.887	76,3	23,7
Barra do Chapéu	1.235	45,9	54,1
Itaóca	808	59,0	41,0
Itapirapuã Paulista	897	53,1	46,9
Ribeira	950	48,0	52,0
Média do Vale	82.638	66,0	34,0
Média do Estado	10.364 152	93,5	6,5

Fonte: Elaborada com dados do CENSO, 2000.